



# Anais da Assembleia

Nº 41

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1980

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. President declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a inserção na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, de um voto de aplausos à Rádio BRASIL 104 FM, pela implantação de uma linha de programação autenticamente brasileira, rodando cem por cento de música nacional.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(aa) LÁZARO DUMONT — PDS

TADEU LÚCIO MACHADO — PMDB

EDILSON ALENCAR — PP

MÁRIO CELSO — PTB

### JUSTIFICATIVA:

O Paraná está feliz com o surgimento de uma emissora de rádio autenticamente brasileira, disposta a marcar sua imagem com o som verde e amarelo.

Trata-se da BRASIL 104-FM, que implantou uma programação somente com músicas brasileiras, prestigiando os valores nacionais, contribuindo inclusive para um aumento na arrecadação dos direitos autorais por parte do compositor e músicos brasileiros.

Contando com a participação de elementos capacitados e com grande vivência no setor, casos de Gilberto Fontoura, César Marques, Euclides Cardoso e Jardim, a rádio mantém um

padrão de vozes dos melhores, pois seus locutores são os consagrados Armando de Carvalho, Aristeu Miguei e Laís Mann.

Além de rodar somente música brasileira, a equipe da BRASIL 104-FM, produz diversos shows com valores do mundo musical, incluindo especiais em sua programação. Um verdadeiro exemplo para o Brasil, que deve ser imitado por emissoras de outros Estados.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, e à Prefeitura Municipal de Curitiba, no sentido de ser melhorada a deficiente iluminação da rua Presidente Arthur Bernardes, situada entre a Via Rápida do Portão e o Bairro de Santa Quitéria, de nossa Capital, o qual, dado o seu crescimento e existência de grande número de estudantes noturnos, ressen-te-se daquela melhoria.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, e Excelentíssimo Sr. Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando prioridade e urgência para a pavimentação das Rodovias:

TOLEDO — SANTA HELENA

TOLEDO — VERA CRUZ DO OESTE

TOLEDO — CAFELÂNDIA

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) EGON PUDELL

### JUSTIFICATIVA:

Paraná figura como uma das mais laboriosas e perseverantes das regiões, onde a economia agrícola muito se agiganta, em função do progresso da lavoura, pecuária e de outros setores.

O constante desenvolvimento dessas atividades irá implicar no crescimento do índice de produção, sendo fácil e pronto o escoamento, seja da soja, trigo, milho, e outros cereais, seja de suínos, aves, etc., se torna dia a dia fator preponderante para o completo êxito da economia do extremo-oeste do nosso Estado.

Esse escoamento só se pode dar através de rodovias que interliguem patrimônios, distritos, municípios e todo esse conjunto com a Capital do Estado, bem como com os grandes centros do País, numa rede o quanto possível asfáltica ou de excelente pavimentação.

Pelos motivos expostos acima é que justificamos a nossa solicitação, de urgência, na construção dessas rodovias programadas ou já iniciadas, sendo de suma importância para a economia agrícola da micro-região acima mencionada.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Dr. IBRAHIM ABI ACKEL,

Digníssimo Ministro da Justiça, Sr. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, Sr. Cel. HAROLDO FERREIRA DIAS, DD. Secretário da Segurança Pública, Sr. Dr. OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, DD. Secretário da Justiça, Sr. Dr. MARCELO MIRANDA, DD. Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, solicitando que determinem providências sugeridas ou outras que a critério o caso venha a exigir, quanto à falta de segurança, roubo de carros e a violência no Oeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Toledo, como outras comunidades oestinas, é município onde o trabalho ordeiro de sua gente, dedicada à agricultura, pecuária, indústria e comércio, e outros misteres, é a viga mestra de um progresso sócio-econômico de elevado destaque no desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Localizado numa faixa de fronteira com o Paraguai, transforma o Oeste em palco de atividades das quadrilhas de assaltantes, que além de roubar veículos, ainda ceifam vidas, não só de taxistas, como de outras pessoas, deixando a sociedade alarmada e intranquila.

Diante disso, vimos pelo presente, sugerir uma ação conjunta das autoridades brasileiras, e em especial o Ministério da Justiça e as Secretarias da Segurança dos Estados limítrofes com o Paraguai, juntamente com as autoridades desse vizinho país irmão, de sorte que a repressão ao roubo de veículos, ao lenocínio e outros crimes praticados, seja a mais eficiente possível.

Se assim entenderem conveniente essas ilustres autoridades, podemos assegurar-lhes não só o reconhecimento, mas também todo o possível e decidido apoio que se faça necessário, por parte do comércio, da indústria e demais classes obreiras de Toledo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, DD. Presidente da República, Sr. Dr. JOÃO CAMILO PENNA, DD. Ministro da Indústria e Comércio, Sr. ANGELO AMAURY STABILE, DD. Ministro da Agricultura e Ilustríssimo Sr. NEWTON MORAES PALMA, MD. Superintendente da SUNAB, solicitando sejam concedidas cotas para empresas da região oeste moerem o trigo ali produzido, pelo menos até o nível de consumo da região.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se aos fatos:

- I — O Paraná tem se colocado entre os dois maiores Estados produtores de trigo do Brasil, sendo a Região Oeste responsável por quase 50 por cento dessa produção;
- II — A região possui somente um moinho em Cascavel;
- III — Os moinhos, hoje, estão localizados bem distantes da região produtora, sendo que o trigo consumido e não industrializado na região, percorre uma distância de pelo menos 1.000 quilômetros, ida e volta.
- IV — Esse passeio do trigo aumenta o consumo do combustível, tendo em vista a atual crise petrolífera que tantos problemas tem trazido, não só ao Brasil, como ao mundo em geral;
- V — A concessão de cotas para a região Oeste do Paraná, irá trazer uma série de benefícios, tais como:

a) disponibilidade de farelo para a fabricação de ração para a suinocultura e avicultura, bastante desenvolvida na região;

b) a industrialização do interior, com a criação de novos

empregos;

c) abertura de novas oportunidades e fixação do homem no campo, evitando o êxodo para as grandes cidades.

Pelos motivos expostos acima, é que vimos solicitar ao Plenário, a aprovação deste, pois, só irá beneficiar a região Oeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício à PARANATUR, para que tome providências na Estrada da Graciosa, no trecho entre São João da Graciosa e o KM-8, da referida estrada, que está sem asfalto e com precária conservação.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Os turistas que demandam via Graciosa para Antonina, tem forçosamente que se desviarem por Morretes, aumentando o percurso em onze quilômetros, prejudicando o turismo em diversas localidades, entre elas a Serra da Graciosa, Ponta da Pita, Rio Nunes, Fontes da Carioca e Laranjeira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Sr. Secretário da Educação, para estudar a possibilidade de aumentar o número de vagas do Colégio Estadual de Antonina.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. OSCAR ALVES, DD. Secretário da Saúde e Bem Estar Social com o seguinte Pedido de Informações:

1. — Quais as razões que levaram a Pasta da Saúde e Bem Estar Social a suspender o programa de vacinação preventiva à raiva do ano de 1979;
2. — Que medidas compensatórias foram adotadas desde a data prevista para a vacinação preventiva de 1979, até o presente, para garantir a saúde da população contra a raiva e impedir um surto de hidrofobia em nossa Capital?
3. — Que programas ou medidas estão sendo tomadas pela Secretaria sob sua responsabilidade para a prevenção e o atendimento dos casos de hidrofobia no interior do Estado?
4. — Qual a fonte de produção de vacinas anti-rábicas que tem abastecido a Pasta da Saúde e Bem-Estar Social e quais as características da eficiência da referida vacina?
5. — Quais as centrais de distribuição regionais que cobrem o Estado, e como estão suas reservas de vacinas para o atendimento preventivo e curativo?
6. — Qual a dotação orçamentária para esse programa anti-rábico, no exercício de 1979, e no atual?

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

Declarações à imprensa de um dos responsáveis pela profilaxia da raiva em nossa Capital, provocaram grandes preocupações.

Disse aquela autoridade médica que entre 20 e 30 pessoas diariamente procuram o serviço de prevenção e profilaxia para exames a respeito da hidrofobia.

A ocorrência da raiva em Curitiba, nos últimos meses, passou a ser superior aos registros de ocorrência em todo o Estado. E isso é alarmante.

Estamos enfrentando uma situação muito perigosa em termos de saúde pública e o alerta das autoridades responsáveis nos dá bem a medida da gravidade do problema.

Estivemos recentemente sob a ameaça da poliomielite fora de controle, com alta incidência de casos e muitas vidas sacrificadas pelo que acredito tenha sido uma epidemia.

Entretanto, a raiva não parece ser, uma manifestação semelhante, pois ela não afeta apenas algumas faixas etárias, nem está sujeita a vacinações preventivas no ser humano.

O combate à raiva, em todos os países, depende antes de mais nada do controle zootécnico, com vacinação, nas cidades especialmente em cães e gatos.

Já se havia formado - como é absolutamente necessário - o hábito de vacinação anual, gratuita, contra a raiva, pelo menos em Curitiba. Esse programa de vacinação anual, além do pessoal especializado, chegou a contar com membros das forças armadas, numa campanha de serviço público.

No ano passado não foi cumprido o programa e nenhuma satisfação foi dada à opinião pública. Quem quisesse e tivesse recursos procurasse veterinários e vacinasse seus animais.

Ora, nas condições de Curitiba, - cidade com larga faixa de pobreza apesar da imagem de fartura que é vendida aos turistas das áreas centrais e até no exterior - isso não poderia acontecer; e especialmente quando já constam esses programas nos calendários oficiais e são destinadas verbas para isso.

Em condições do funcionamento normal de uma sociedade, a autoridade responsável, se tivesse de suspender por razões justificáveis esse programa daria amplas satisfações à opinião pública e encontraria formas complementares, de manter a prevenção e o atendimento público num nível até mais exigente, para compensar os perigos da não-vacinação maciça.

Nada disso, no entanto, aconteceu. E acredito que houve séria punição aos responsáveis pelo setor de prevenção à raiva, além de medidas, como disse, compensadoras para impedir que a raiva ponha, como está acontecendo, em risco a saúde e a vida da população.

Agora, a autoridade do setor anuncia a lástima que não tenha sido realizada a campanha de vacinação anti-rábica. Um anúncio que nos deixa perplexos.

Na verdade, não sabemos o que aconteceu. Um fato grave; gravíssimo, que pode ser caracterizado como desídia funcional, incompetência, violação aos da convenção preventiva que se estabeleceu há muitos anos entre o governo e a população, e que não cabe a nenhuma autoridade mudar, deixar de cumprir, os simplesmente fazer ouvidos de mercador a suas responsabilidades político-administrativas.

Essa a razão que justifica o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada solicitação ao Sr. Secretário dos Transportes e Chefe do Distrito Rodoviário do DNER, solicitando providências urgente no sentido de melhorar a sinalização da BR/369, junto ao Acesso do Município de Corbélia.

Tal solicitação prende-se ao fato de estarem ocorrendo diversos acidentes nesta localização e nós acreditamos que com a melhoria da sinalização, tais fatos não mais venham a ocorrer.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, aprovando pedido de providências junto ao Ministério da Educação e Cultura, para que exerça rigorosa fiscalização no Departamento da Geologia da Universidade Federal do Paraná - a fim de que seja efetivamente dado cumprimento ao Plano Diretor do Curso de Geologia, elaborado por Grupo de Trabalho do próprio MEC.

Que da decisão dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Magnífico Reitor da UFPR.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1980.

(a) NILSO SQUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Portaria n.º 2.058, de 11 de abril último o Curso de Geologia da UFPR, está em recesso escolar. O Reitor da UFPR, nas justificativas para decretar o recesso escolar, aponta dois fatos importantes que devem ser relatados. Destaca o Reitor em sua justificativa:

a) "Considerando que os alunos do Curso de Geologia, solicitaram no processo n.º 21.129, de 10.04.80, o atendimento a inúmeras reivindicações visando equipar aquele curso de condições consideradas mínimas, para seu regular funcionamento.

b) Considerando que independentemente de qualquer pronunciamento da Universidade, os referidos alunos decidiram pela paralização das aulas do Curso de Geologia consoante Of. n.º 285-79/80, desta data, expedido pelo Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia." Temos, pois, que com a greve deflagrada pelos alunos, e em face da justeza de suas reivindicações e o seu não atendimento geraria consequências de ordem não só administrativas, mas principalmente de ordem técnico-educacional, pelo não cumprimento de necessidades didáticas, a Universidade, preferiu o recesso escolar, quiçá, pensando até em esvaziar o movimento grevista. Mas necessário se indague das razões da GREVE. Porque os alunos do Curso de Geologia estão em greve desde o dia 09 de abril último?

Para responder esta indagação, mister é que se saiba, primeiramente, das calamidades de ordem administrativas que se verificam no recém criado DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA DA UFPR. Façamos um breve retrospecto do

**CURSO DE GEOLOGIA**, que criado em 1972, não vinha correspondendo as expectativas da Universidade, foi submetido a uma completa análise pelo GRUPO DE TRABALHO, designado pelo DAU em abril de 1975. Este grupo de trabalho integrado pelos renomados professores ADOLFO JOSÉ MELFI-USP, CARLOS ALFREDO BORTOLUZZI-UFRGS, JOÃO DA ROCHA HIRSON-UNB e ONILDO JOÃO MARINI-UNB, entre suas importantes conclusões, destacou no documento base intitulado PLANO DIRETOR:

"O condicionamento existente no Departamento de Geociências impõe diversas medidas de caráter urgente, a serem adotadas tanto pela UFP como pelo MEC/DAU, a fim de que possam ser solucionados os problemas e deficiência verificados". e disse mais o grupo de trabalho.

"As soluções adotadas são de caráter global e no entender do Grupo de Trabalho o atendimento parcial poderá comprometer todo o "Plano Diretor", sem solucionar a difícil situação imperante".

Enviado o relatório ao então Diretor Geral do Departamento de Assuntos Universitários, Prof. Edson Machado de Souza, atual Secretário da Educação do Paraná, foi apresentado ao Ministro da Educação Gen. Ney Braga - hoje Governador do Paraná, que teve acolhida total e foi remetido por ofício de 10/06/75 ao Reitor da UFPR, para ser implantado, bem como

videnciaram-se os recursos financeiros à época necessários.

Portanto, já em 1975, a própria Universidade e o MEC, consideravam caótica a situação do Curso de Geologia que decidiram pela elaboração do seu PLANO DIRETOR. Lamentavelmente as decisões ficaram no papel, senão vejamos:

"não parece existir outra alternativa que permita o bom funcionamento do Curso de Geologia, que não esteja fundamentada na Criação do Departamento de Geologia" dizia o PLANO DIRETOR, e só agora, em 02.04.80, que pela Resolução 06/80 do Conselho Universitário, a nossa Universidade criou o DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA. Portanto, a medida básica e primeira, demorou nada menos que CINCO ANOS para ser implantada. Desnecessário dizer que as outras sugestões, também não foram obedecidas e o Curso de Geologia, não fosse segundo o depoimento pessoal de alguns professores, a interferência direta do então Ministro da Educação, não disporia nem de equipamentos técnico-científico para condições didáticas.

AS REIVINDICAÇÕES DA GREVE, foram explícitas em documento que uma Comissão de Alunos relatou e que trazem as necessidades mínimas para o aparelhamento e funcionamento do Curso de Geologia. Ressalte-se, como afirma o MANIFESTO DA GREVE, "que estas necessidades são reconhecidas pelo Plano Direto para o Curso de Geologia da UFPR, pela Associação Profissional dos Geólogos do Paraná - AGEPAR e pelos próprios professores do Curso de Geologia."

De autoria do eminente Dep. Waldyr Pugliesi discute-se requerimento de solidariedade do Poder Legislativo aos GREVISTAS DO CURSO DE GEOLOGIA, que justificam a paralisação das aulas "porque o seu relatório foi ignorado pela Chefia do Departamento de Geologia e sentiram-se impossibilitados de levarem suas reivindicações às autoridades superiores".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Poderá alguém alegar que a autonomia universitária não permite a interferência dos Representantes do Povo. Esta posição comodista não tem fundamento. Se buscamos uma efetiva reabertura democrática, urge que na Universidade se operem as primeiras e urgentes medidas de saneamento cívico e político. Como entender-se uma Universidade que mesmo com os recursos financeiros a sua disposição (muito embora os últimos governos tenham primado pela diminuição das verbas educacionais como nunca tivemos registro na história pátria) não conseguiu implantar simples medidas de caráter burocrático e administrativo? Como entender-se autônoma uma Universidade que busca ignorar uma Greve decretando RECESSO ESCOLAR, para não ser compelida a adotar medidas preconizadas a mais de CINCO ANOS?

Não.

Não estamos interferindo na Universidade do Paraná, o requerimento busca é sensibilizar o MEC, que tem os meios legais para exercer a sua fiscalização, inclusive exigindo prestação de contas dos recursos financeiros liberados para a implantação do Plano Diretor, ainda em 1975. Buscamos, Srs. Deputados, com este requerimento, incorporarmos-nos às legítimas aspirações desta juventude brasileira, que queda-se espantada com as precárias condições de ensino. Lembremo-nos que a poucos dias era o Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, que entrava em greve porque não dispunha nem de simples pranchetas para desenho.

Hoje é Geologia, que reivindica microscópios, lupas, balanças, vidros conta-gotas, lâminas didáticas, gravímetros, peneiras, vibradores, escovas e assim por diante, num rol de equipamentos que até existem no acervo da Universidade, mas que pela irresponsabilidade e desorganização, simplesmente sumiram ou estão em poder de terceiros aos quais os alunos não têm acesso. A greve, senhores, também denuncia outras situações que depõem contra a nossa tradicional Universidade.

Enquanto os alunos de GEOLOGIA tem que se submeter a situações como as que exigem uma viagem de 1.400 km rodoviários em apenas dois dias, para aulas de campo nas matérias de Geologia do Brasil, Hidrografia e Petrografia Magmática, por falta de meios de transporte, dois ônibus recém adquiridos pela UFPR, permanecem ainda sem uso desde o dia 21 de março, data em que os novos veículos foram entregues e desde então se encontram estacionados no pátio da Faculdade de Farmácia no Bairro Batel.

Não é possível que a mentalidade formalista impeça decisões urgentes que devem ser tomadas para que haja o retorno às aulas como as que o Chefe do Departamento de Geologia vem tomando, ao não enviar ao CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA, a proposta do Colegiado do Curso de Geologia, sob a frágil alegação de que a proposta não foi encaminhada através do Setor de Tecnologia. Atitudes como esta impedem inclusive a formação de um COMITÊ integrado por professores, alunos, e direção da Universidade, que viabilize uma solução imediata.

Poderíamos até admitir, atitudes como esta alguns anos atrás, quando a exasperação do arbítrio e do obscurantismo se abateu com incrível voracidade sobre a Universidade Brasileira. Havia então a censura e a repressão. Hoje parece-nos que os resíduos daquela época ainda orientam algumas ações e contra isso temos que discordar. Professores que galgaram posições de direção - quando o obscurantismo imperou, querem hoje, contra a ânsia geral, extravasarem suas obrigações obscurantistas e retrógradas, porque temem o franco debate e a amplidão que a crítica e o diálogo propiciam para que os melhores mais aptos se revelem.

O Brasil precisa de GEÓLOGOS não só em números, pois enquanto os EUA possuem 50.000, contra 120.000 da Rússia, temos registrados apenas 3.000 Geólogos. Precisamos de quantidade, mas principalmente de qualidade. E a Universidade tem o DEVER e OBRIGAÇÃO de conscientizar esta juventude para a grandiosa tarefa que a VERDADEIRA SEGURANÇA NACIONAL está a exigir dos profissionais em GEOLOGIA.

Como muito bem disse o geólogo brasileiro, no seu XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, realizado no Recife em 1978, pela patriótica palavra do seu homenageado VANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO:

"A transferência de tecnologia, muitas vezes, inadequadas as nossas condições e a forma como tem sido realizada e que têm servido, freqüentemente, de argumento para várias autoridades governamentais justificarem a presença ostensiva em território nacional de empresas e técnicos estrangeiros, não tem encontrado receptividade positiva entre os técnicos brasileiros. Por outro lado, a comunidade geológica nacional tem tido uma constante preocupação com a política de atração, a qualquer custo, de investimentos externos que tem favorecido a entrada no País de um grande número de geólogos e engenheiros de minas estrangeiros. Tais técnicos que vêm agindo sem qualquer controle governamental e com uma desenvoltura superior a dos próprios nacionais, na medida em que desempenham suas funções sem o devido respaldo legal, como é exigido de todos os profissionais brasileiros, **poderão se constituir**, em futuro próximo, num sério problema para a própria soberania nacional.

Volto a repetir, quando universitários desejosos de servir a Nação, denunciam que recebem aulas de professores "que não possui os conhecimentos exigidos pela disciplina, ficando demonstrado pelo baixo nível de suas aulas, tanto teóricas como práticas, onde por falta de experiência profissional no campo da Geologia, é incapaz de correlacionar dados teóricos da Petrografia com suas aplicações práticas no exercício da profissão" e os responsáveis se omitem das decisões, só resta a consciência da opinião pública, para que ela na dinâmica social, engendre meios de que o processo democrático infali-

velmente nos trará de volta as soluções esperadas.

Assim, quando estudantes reivindicam a contratação de professores competentes, a recuperação e manutenção de seus equipamentos escolares, o acesso permanente a estes equipamentos, evidentemente é porque aflora nesta juventude a consciência da responsabilidade. Acredito que os GREVISTAS DE GEOLOGIA DA UFPR, se mobilizaram ante a incúria e omissão que compromete a eficiência da nossa Universidade, mas também porque como brasileiros conscientes de seu dever, não desejam, não querem e não desperdiçarão a oportunidade de servirem conscienciosamente à sua Pátria e o seu Povo.

Se maior fosse o número de Geólogos brasileiros, talvez não fôssemos hoje espoliados pelo Projeto Jari que leva o nosso CAULIN, pelo Radan que entregou as informações a voracidade dos interesses estrangeiros, hoje já visualizada nas corridas do ouro que começam aflorar em diversos pontos do território nacional e que, regra geral, as riquezas descobertas são contrabandeadas além fronteiras.

Pelos contratos de risco que a Petrobrás passou a justificar, hoje a dependência do subsolo nacional, é tão grave que estatísticas apontam que em torno de oitenta por cento dependemos do subsolo estrangeiro. Temos, pois, que acelerar a formação da nossa própria tecnologia geológica. Fundamental para que isso ocorra, é a formação de pessoal técnico de nacionalidade brasileira. Transcendental que sejam brasileiros, porque antes de novos pesquisadores, teremos verdadeiros defensores de nossas incontáveis riquezas minerais. Será impossível o Brasil, vencer a corrida da energia, se não tiver pessoal confiável para a tarefa de descobrir novas fontes energéticas e que elas sejam usadas em nosso benefício e não contra nós como já aconteceu com a borracha.

A condição básica, no entanto, é a mudança da mentalidade governamental. Conquistar tecnologia, formar pessoal competente e pesquisar criteriosa e cientificamente nossas riquezas, demandam uma urgente mudança de conceitos. A inversão deverá acontecer nos orçamentos públicos, começando-se a dar melhores e maiores recursos financeiros para a nossa educação. E a Universidade é que deve levantar este problema, não se conformando com a gradativa redução de seus recursos. Pela mudança de mentalidades é o BOM COMBATE, em que os alunos de geologia dão o gripe de guerra. Nesta luta devemos estar todos. A luta pela casuística da democracia, que só será conseguida se nela a Universidade entrar de corpo e alma. Professores e alunos sempre foram pioneiros de suas épocas, e os que impedirem este avanço devem, pelo bem comum serem removidos da estrutura universitária.

Finalmente, Srs. Deputados, não acredito que o Egrégio Conselho da nossa vetusta Universidade, tenha interpretado a greve como obra de agitadores, porque se isso ocorresse seria profundamente lamentável para as figuras humanas que respeitavelmente o compõem.

Os grevistas de geologia, como os de arquitetura, lutam idealisticamente pelo porvir desta terra. Mobilizam-se numa ação ordeira, mas que não faz concessões aos condicionamentos e conformismo dos ultrapassados pelo tempo. Lutam e combatem para que amanhã a Universidade seja melhor que hoje. Lutam para que ninguém desperdice tempo passando alienadamente pelos bancos escolares simplesmente para portarem canudos, como se eles fossem o "mapa da mina".

Daí porque, sensibilizou-me a tomada de posição daquela juventude estudiosa. Ao buscarem melhores condições de ensino, nada mais fazem do que lutar pelo futuro da Pátria.

Não importa que no fundo até uma dose de excesso de confiança na consecução de seus ideais, os anime. Pelo contrário, a confiança no futuro é imanente aos jovens, porque eles fazem da vida a poesia que os mais idosos já não conseguem sentir.

E a poesia dos jovens é sonhar com a beleza do dia em

que os governos, em todos os níveis, decretem orçamentos com maiores e melhores recursos.

Será belo o dia, com ensino grátis e professores ganhando dignamente pelo sacerdócio da educação.

Porém, mais belo será o dia, em que nossos governantes restrinjam os orçamentos para a guerra a tal ponto, que aqueles que desejarem fazer a guerra, para conseguirem comprar armamentos, tenham que recorrer como hoje muitas escolas recorrem, as rifas e sorteios.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie "TELEX" ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, às lideranças dos partidos políticos, a fim de que os mesmos se posicionem favoravelmente à realização das eleições de 15 de novembro, como determina a Constituição Brasileira.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1980.

(a) DARCY DEITOS.

## JUSTIFICATIVA:

O exercício pleno da Democracia exige realizações de eleições diretas e em todos os níveis nos prazos previamente determinados em lei, e as eleições municipais de 15 de novembro consta do Calendário Eleitoral em nosso País e deverá ser realizada, pois é o desejo de todos os brasileiros, os quais sempre tiveram grande vocação pela Democracia.

Daí nossa solicitação para que todos se manifestem favoravelmente à realização das mesmas na data prevista na legislação vigente.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social, solicitando as seguintes informações:

- 1) Há algum programa ou projeto de planejamento familiar, ou controle à natalidade implementado, orientado ou supervisionado por essa Secretaria de Estado, ou setores ligados a essa instituição? Quais são e suas características?
- 2) Há algum programa ou ação dessa Secretaria de Estado ou a ela ligada, com hospitais, postos de saúde, centros de pesquisa ou serviços de saúde e assistência médica a respeito de exames de fertilidade, exames ginecológicos, cursos de orientação sexual, exames laboratoriais de gravidez, em curso no Paraná?
- 3) Há algum programa, convênio ou acordo entre essa Secretaria de Estado e organismos nacionais ou internacionais, particulares ou públicos, em que exista fornecimento de artigos médicos ou químicos, assistência médico-técnica ou pesquisa médica e científica sobre natalidade, contra concepção, orientação ou planejamento familiar? Quais são as suas características?
- 4) Quais os programas de saúde e/ou assistência médica e hospitalar que estão sendo implementados por essa Secretaria de Estado, que tem por objetivo o atendimento materno, materno-infantil, exames ginecológicos e de prevenção e assistência à mulher no Paraná?
- 5) Essa Secretaria de Estado tem conhecimento ou exerce controle sobre algum programa de entidades privadas, de qualquer título, de programas de planejamento familiar ou controle de natalidade que estejam em execução no Paraná? Em caso afirmativo, qual a entidade, seu

programa e os meios que está utilizando?

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1980

(a) NELTON FRIEDRICH.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado David Chierigate. (**Ausente**).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito. Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de hoje, 8 de maio, é das mais significativas e das mais importantes na vida brasileira. Marca a passagem do Dia da Vitória, do Dia do Expedicionário. Homenagens, festas, congratulações, desfiles, notícias bonitas a respeito de pessoas que marcaram em épocas de sua vida a participação na história brasileira. Algumas ocupando posições importantes neste País; outras, remediadas, e outras tantas lamentavelmente, tristemente esquecidas e praticamente abandonadas, largadas.

Quantos homens encontramos por aí perambulando pelas ruas nos mais diferentes pontos deste imenso território brasileiro, servindo muitas vezes para chacotas, para brincadeiras de gozadores de mau gosto, de gozadores baratos, ou de crianças que não sabem o que fazem e brincam com aquelas pessoas portadoras de neuroses de guerra e que estão aí esquecidas e abandonadas.

Somente no dia 8 de maio é que se lembram do Expedicionário, no resto esquecem. E isto vem de há muito. Nunca o nosso expedicionário foi tratado como deveria o ser, como um verdadeiro herói, como um homem que derramou o seu sangue em defesa da liberdade, em defesa da Pátria, em defesa do que é nosso. Muitos estão aí até mesmo esmolando nas ruas das cidades, não sabendo dos seus direitos, se é que eles têm algum direito.

É lamentável o quadro do expedicionário brasileiro, e esperamos que este 8 de maio sirva de um marco inicial para que as nossas autoridades maiores voltem seus pensamentos àqueles que num trabalho muito importante, honrado e glorioso prestaram ao País em época distante, mas nunca esquecida por aqueles que amam a Pátria.

Vamos respeitar os expedicionários. Hoje o advogado, o médico, o Deputado, o Fulano, o Beltrano têm direito à prisão domiciliar. Cometem um delito e têm direito à prisão domiciliar. E o expedicionário que comete um delito muitas vezes determinado pela sua neurose, pela loucura que ele trouxe lá dos campos de batalha, este não tem direito à prisão domiciliar. Vai direto para a cadeia, porque nem advogado ele tem. E ninguém por ele se interessa, a não ser no dia 8 de maio de fazerem festinhas e homenagens para uns e outros, quando a maioria fica no esquecimento e pedindo esmolas, como hoje ainda um expedicionário fazia isto em pleno centro de Curitiba, na Rua das Flores.

Era isso, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Vou reportar-me rapidamente ao requerimento ontem rejeitado por esta Casa, do nosso pedido de informações ao Banco do Estado do Paraná S.A., principalmente no que diz respeito ao ítem sexto: Qual o valor jogado na conta - créditos em liquidação durante os anos de 78 e 79, seus tomadores e respectivos valores, e qual o critério adotado pelo banco para verificação da insolvência desses débitos.

O não recebimento do pedido de informação ao Banes-

tado por decisão desta Presidência, data vênua não se estribou na sistemática dos parlamentos brasileiros. Invocar-se o sigilo bancário é informações que não configurem, não atinjam e não ferem o sigilo, é estribar-se em argumentação inconsistente.

As informações buscam trazer a público fatos e atos administrativos de um órgão que presta serviços à comunidade. A não aceitação deste requerimento por parte da Mesa nos parece, com sinceridade, uma forma simplista de resolver uma questão de alta indagação legal, se é que a pretensão exposta no nosso requerimento pudesse esbarrar em disposição de Lei Ordinária ou em dispositivo constitucional.

Em qual disposição legal se baseou a Mesa Executiva desta Casa? Decisão, a decisão de não receber o citado requerimento, com a devida vênua, não teve de nossa parte o repaldo com relação a medida tomada pelo Presidente. Porque, lendo o artigo 123 do Regimento, não encontramos nenhuma referência que pudesse conduzir a Presidência a decidir pelo não recebimento do nosso requerimento.

E se recorri posteriormente ao Plenário, foi para que não ficassemos tolhidos de obter informações de um assunto de tamanha importância. Recebi as informações do nobre Líder do partido do Governo nesta Casa. Mas não as aceito como informações oficiais, apesar, deixo claro, grifado, das boas intenções que nortearam o líder da bancada do PDS nesta Casa. Mas são informações, a meu ver, oficiosas.

O Presidente da Casa, que nos merece o mais profundo respeito lembrou que é lei federal e é decisão da Mesa. E nós viemos a esta tribuna apenas para expor o nosso descontentamento, porque o Líder do Governo respondeu a algumas indagações, mas a principal não foi respondida.

Nós voltaremos ao assunto porque estamos recebendo, diariamente cargas de informações, sobre os desmandos e até a corrupção dentro do Banco do Estado do Paraná. Porque quando falo em créditos em liquidação, se alega o sigilo bancário. Agora, tivemos empréstimos a políticos e qual o processo normal quando um cidadão não paga o empréstimo bancário? É se apontar no Cartório.

Mas não são apontados em cartório. São atirados, jogados nos créditos de liquidação. E daí o banco alega a pouca lucratividade.

Este é um assunto que enquanto estivermos nesta Casa, até o final do nosso mandato não vamos sossegar. Vamos trazer mais informações, novos pedidos de informações, novos requerimentos, porque não se pode tentar tampar o sol com a peneira.

Nós voltaremos ao assunto, Sr. Presidente, com relação ao Banco do Estado do Paraná S.A., que presta serviços não ao aspecto social do Paraná, mas a grupos políticos, a políticos. O Banco do Estado hoje é um banco somente político, partindo do seu Presidente que é Secretário do PDS, partido do Governo e que agora abre uma agência em Assunção e vamos talvez trazer aqui quem será o Gerente Geral da agência lá, e quem é que será também o Gerente Geral da Agência que vão abrir em Nova York para que a gente possa ligar todos os fatos.

Obrigado, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**):

“Em recente entrevista fornecida a um dos órgãos de divulgação de nossa Capital, o Sr. Edson Machado - Secretário da Educação, fez um apelo à comunidade, visando a campanha “Vamos consertar a escola”.

E dizia em suas declarações não estar havendo omissão da responsabilidade de o Estado manter e recuperar os prédios



escolares, mas que a idéia básica era a de conscientizar a comunidade para colaborar nos pequenos reparos, mais numa manutenção preventiva que corretiva.

Alega depois que a situação dos prédios da rede escolar não é desesperadora.

Na verdade no Governo Canet Junior foi das maiores a ação governamental no sentido de recuperar prédios públicos e existem mesmo cidades onde praticamente todos os próprios do Estado foram recuperados.

Como consequência essa expressão sensacionalista é totalmente descabida.

Podem e devem existir centenas de prédios que devem ser recuperados e, diga-se a bem da verdade, tivesse o atual governo dado seqüência à dinâmica do Governo anterior e talvez o assunto hoje não devesse nem mesmo servir para tema de entrevista.

E fornece o Senhor Secretário como solução a mobilização das Associações de Pais e Professores, como se isso fôsse novidade.

Quem conhece o problema, sabe muito bem que as Associações de Pais e Professores é que de longa data vivem realizando suas promoções escolares, angariando fundos não só para realizar os pequenos reparos nas escolas, mas muito mais do que isso, para dar atendimento aos carentes desde alimentação até roupas e materiais escolares.

Mas o que realmente nos assusta não é também o caminho descoberto pelo Senhor Secretário, mas as informações de que "haverá uma campanha publicitária, através de todos os órgãos de comunicação, para despertar a comunidade para o problema e atraí-la a participar das APPS junto às escolas."

Ainda mais quando na própria entrevista o Senhor Secretário assegura que o custo da campanha foi orçado em 1 milhão de cruzeiros.

Entendemos que seria muito mais racional que tais gastos fossem feitos de forma direta, dotando as inspetorias regionais de uma verba determinada, a-fim-de que sempre que os pequenos problemas surgissem as direções das escolas pudessem comunicar à Inspeção e dela receber de imediato o atendimento, independentemente das campanhas que as Associações de Pais continuariam a realizar - usando como usam todas as datas possíveis para esse fim.

O que é absurdo é mais uma vez gastar dinheiro em propaganda para conscientizar o povo que ele precisa ajudar as Associações de Pais e Professores, coisa que o povo vem fazendo de longa data.

A grande preocupação do atual governo parece estar concentrada na propaganda.

Recentemente vivemos um período de uma intensa publicidade governista, especialmente nos horários nobres de televisão, ao ponto de tal publicidade se tornar altamente cansativa aos próprios telespectadores.

E agora, ao invés do atual governo simplesmente seguir as passadas do Governo anterior, realizando as obras necessárias com a devida urgência, o que vemos são estudos de campanhas, de mutirões e de novos investimentos, estes porém através dos órgãos de comunicação.

A propósito da campanha convém lembrar que serão distribuídos dez mil exemplares do Manual de Manutenção, para as sete mil unidades escolares do Estado, em cujos manuais explicam como consertar desde muro, portões, áreas externas pavimentadas ou não, até instalações hidráulicas e elétricas.

E informa mais o Secretário - na sua entrevista - que com o manual os técnicos garantem que os próprios alunos podem executar os serviços.

Fica aqui o nosso apelo para que sejam evitados tais gastos, especialmente quando no fundo eles são absolutamente desnecessários.

Use as Inspetorias, senhor Secretário.

Ninguém melhor que as próprias Inspetorias para prestar esse tipo de serviço.

As APPS não precisam de mais encargos... elas precisam isto sim é de mais apoio da parte da Secretaria, para melhor cumprir a sua difícil e humanitária missão."

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao nobre Deputado Romero Filho. Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Demorou mas o Governo assumiu o risco da prorrogação dos mandatos. Evidentemente que demorou porque o laboratório político do Planalto tinha que encontrar uma fórmula que desgastasse o quanto menos possível o seu partido.

E quem, Srs. Deputados, assume a paternalidade de comandar a emenda prorrogacionista? Quem Srs. Deputados, de figuras políticas da República poderiam suportar o tremendo desgaste de prorrogar mandatos de Prefeitos e Vereadores? Quem, falando em democracia ao mesmo tempo pode defender prorrogação de mandatos políticos.

E há que se reconhecer que neste ponto a inteligência política do Planalto se verificou, porque nada mais, nada menos do que a Bancada do Senado, a bancada do PDS no Senado, composta na sua grande maioria por homens que efetivamente não representam com legitimidade os princípios democráticos, eis que lá entraram como já disse, pela porta dos fundos; eis que lá cumprem o papel dos subservientes; eis que lá cumprem o mandato não eletivo, mas o de obediência cega às ordens dos seus patrões, que são os biônicos que de público assumem daqui por diante e passam a comandar a emenda da prorrogação dos mandatos eletivos.

E estes Senadores biônicos, que terão sete anos pela frente! E o povo é de memória curta. Talvez, daqui a alguns anos, venham eles falar em democracia. Hoje, adequadamente, servilmente cumprem com fidelidade bovina o papel que o Executivo lhes atribuiu. Imiscuam-se no meio do Parlamento para rebaixar, para manchar a tradição democrática do parlamento brasileiro.

E então, Srs. Deputados, será muito fácil ao restante dos componentes do partido do Governo agora dizerem: A nossa bancada no Senado fechou a questão e por questão de coerência partidária, nós endossamos a emenda prorrogacionista e não haverá eleições para Prefeitos e Vereadores em 1.980.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui reconhecer a competência política, ou melhor dizendo, a maneira de fazer política do Governo; porque política é a arte de bem administrar, de bem gerir a coisa pública. E estes expedientes, elaborados por mentes anti-democráticas, conseguem expedientes que, aparentemente, são inteligentes mas que, bem no fundo, são atentatórios a qualquer sentido de Governo.

Trago aqui o meu protesto, a minha discordância, com a alta cúpula do PDS que se serviu deste expediente, de usar os biônicos, para terem a paternidade da prorrogação, ao descarregarem a responsabilidade nos biônicos. Eis que a eles tudo é permitido, porque lá estão para cumprirem as determinações do seu único eleitor, o Governo. Efetivamente, os biônicos cumprem religiosamente o seu mandato, abaixaram a cabeça e não querem saber de nada, o que o Governo determinar será cumprido.

É necessário que fique claro, é necessário que fique cristalino, que os biônicos não tomariam esta atitude, não tomariam este posicionamento político, não fora as determinações que receberam do Planalto. Eis que os biônicos, como títeres, como robôs, são manejados não pela inteligência e vontade própria, mas pela inteligência e vontade do seu eleitor

único, o Governo. Quem quer a prorrogação dos mandatos, hoje efetivamente se comprova, é o Governo. Pode aparentemente o Governo pretender despistar a opinião pública, mas não conseguirá isto. Ninguém no Brasil será tão ingênuo a ponto de pensar que os biônicos tenham uma iniciativa como esta. Eles, na realidade, fazem eco e cumprem mais uma determinação do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Filho, inscrito.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Quando o governo cai no descrédito da opinião pública, não adiantam emendas às situações difíceis que hajam sido criadas. É o caso, por exemplo, do Governador Ney Braga. Ninguém se atreve a escrever o que ele diz, porque ele costuma desmentir, hoje, o que afirmou categoricamente o que disse no dia de ontem. O seu lema tem sido, em toda a vida pública, a de "façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço."

O Governador Ney Braga declarara, certa vez, que combatia a transformação da função pública em privilégio de partidos políticos ou de amigos do peito, pois a função pública não pode ser "dos amigos mais amigos, e dos parentes mais parentes". Declarou-o de boca para fora, consoante o revelam os fatos. Os advogados do Estado que o digam, como podem testemunhar, também, Deputados e funcionários desta Casa, uma vez que o Estado do Paraná se transformou, por exemplo numa ilha cercada de parentes de Ney por todos os lados.

A oligarquia está imperando, entre nós. Quando não é parente do governador, trata-se de amigo do parente do governador o beneficiado com as benesses do Serviço Público. Um fato está, ainda agora, ocasionando sérios dissabores a deputados federais e estaduais e a pessoas responsáveis do partido situacionista. Esse fato se refere à nomeação, por apadrinhamento, para o cargo de Advogado de 1.<sup>a</sup> classe de um cupincha do governo, situado como advogado de 2.<sup>a</sup> classe.

Eis algumas dessas nomeações imorais: José Suruggi Neto RG 300289; Maria Lucia Regnier Guimarães, RG 327260; Teresa Maria da Providência de Andrada e Silva, RG 270271; Ivan Clovis de Quadros Assad, RG 247116; Fernando Pernetta Velloso, RG 144265; Antonio Carlos Leme de Siqueira, RG 100609; Alfredo Sebastião Gnoato, RG 105604. O Decreto n.º 2235, do dia 24, sobre as nomeações, vem publicado no "Diário Oficial" do Estado, de 25 do corrente.

Identifiquemos alguns desses felizardos, que prejudicaram outros, com maior merecimento: Maria Lucia Regnier Guimarães é esposa do Diretor da Polícia Civil, Procurador Luiz Chemin Guimarães; Teresa Maria da Providência Andrade e Silva é parente do Deputado federal Alípio Ayres de Carvalho; Ivan Clóvis de Quadros Assad é cunhado do embaixador Orlando Soares Carbonar, cujo cunhado, Antonio Carlos Leme de Siqueira, foi igualmente agraciado; Fernando Pernetta Velloso é irmão de Roberto Velloso, do gabinete do ministro Said Farhat, das Comunicações; Alfredo Gnoatto é irmão do Vereador Alcidio Gnoato, do PDS; José Suruggi Neto tem ligações de parentesco com parentes do governador.

O advogado Osman de Oliveira protestou contra as descabidas nomeações, através de telex ao Sr. Ney Braga. Mas, o telex não surtiu efeito anulatório dos atos de apadrinhamento.

Os Advogados do Estado esperam, ansiosamente, que o governo modifique, para maior moralização, a Lei n.º 7.074, que interessa a classe, e que reestruturou a Procuradoria Geral do Estado. Nesta Casa, existe um anteprojeto de lei engavetado, que permitirá promoções pelos critérios de merecimento e de antiguidade, ao em vez dos cochichos de ouvido palacianos, em favor de um que outro candidato menos creden-

ciado, mas protegido. Há, na matéria, outro aspecto bastante sério: embora o Estado possua cerca de 200 advogados à sua disposição, vem contratando desnecessariamente advogados de fora, para atender os serviços, como aconteceu em Londrina, com a nomeação, para subprocurador, de um irmão do Secretário de Justiça.

É cumpichismo, ou não é?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi. (Pausa) Tendo declinado, concedo a palavra no Grande Expediente, ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Democracia e eleições. Eleições e Democracia. São palavras que se completam. Pois como o corpo humano para sobreviver, que precisa de alimentos, a Democracia real, precisa de eleições livres e diretas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E o que nós assistimos nesta Nação, na terra de Santa Cruz? Uma Democracia de mentira, uma meia-sola de Democracia.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após o golpe desferido encima do nosso partido, o ex-MDB, com a promulgação da Lei de Reforma Partidária, a Lei 6767, o nosso partido foi o primeiro a encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral, o seu pedido de registro. Posteriormente com a promulgação, da regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral, o nosso partido teve que sustar o pedido de registro, para complementar elementos para que efetivamente tivéssemos o registro reconhecido.

E eis que após reunir todos os documentos necessários, nosso Partido novamente dá entrada na Justiça Eleitoral, e na última terça-feira tivemos o registro provisório, homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe nesta Nação, um calendário eleitoral pré-determinado; existe, nesta Nação, ainda que seja uma colcha de retalhos, uma Constituição gerada no ventre do arbítrio imposto na Nação brasileira.

E nem isto é respeitado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos há 6 meses do pleito eleitoral e a perplexidade toma conta dos políticos e do povo brasileiro: por quê o Governo não quer eleições? Por quê será que o Governo tem medo das eleições municipais de 80?

Eu tenho a dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o PMDB, o 1.º Partido a ter o seu registro homologado, porque nós, democratas que somos, queremos eleições, porque nós não temos medo das eleições municipais.

Será que o Governo tem medo das eleições?

Porque o Governo não quer eleições?

Será que é pelo grave caos econômico em que a Nação se encontra mergulhada, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Será que é pelo sistema implantado, onde "exportar é o que importa"? mesmo que seja em detrimento da solução dos problemas do povo brasileiro?

O Governo central tem obrigado aos Estados brasileiros, através de uma política agrícola, a que os mesmos só plantem soja para exportar, porque precisam de divisas no exterior, para ver se consegue equilibrar a balança comercial, deixando os brasileiros sem feijão, sem carne, sem milho, sem nada, enfim, chegando, inclusive a criar o slogan "o importante é exportar".

Quanto à alimentação do povo brasileiro, dizem eles que dão um jeito, fazendo com que o povo se alimente de tomates com mercúrio e tortas de farelo na alimentação escolar.

Falando de modelo econômico, Sr. Presidente, é inconcebível que continuemos com o mesmo, onde as previsões



são totalmente falhas, pois só nos 3 primeiros meses de 1.980 o déficit da balança de pagamentos que o milagreiro Sr. Delfim Netto dizia que seria equilibrado, acusa um déficit de 1 bilhão e 35 milhões de dólares, superando em 225% o déficit de 415 milhões de dólares do 1.º trimestre do ano de 1.979.

As exportações atingiram 4 bilhões e 110 milhões em 1.980; 31,7% a mais do que em igual período de 1.979, enquanto que as importações alcançaram 5 bilhões 460 milhões de dólares, 54,4% a mais do que em igual período de 1.979, dando mostras de que as autoridades monetárias fizeram previsões errôneas, mesmo com as medidas tomadas no pacote econômico de dezembro de 1.979.

Os 30% da maxidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, foi totalmente neutralizada em seus efeitos, pela extinção dos depósitos compulsórios às importações e com o fim da lei da similaridade da indústria nacional.

Todo o mundo financeiro acredita que nos encaminhamos para uma recessão econômica, em virtude do aperto na liquidez dos meios de pagamento.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por este caos econômico, que o Governo não quer eleições, porque numa eleição o Governo seria desnudado nesta Nação; seria tirada toda a vestimenta que engana através de uma política, através de uma massificação de propaganda de que tudo vai bem nesta Nação.

Se não tem medo, por que é que não temos eleições?

Está aí como bem disse o eminente companheiro Nilso Sguarezi, de que finalmente ontem a Bancada do Governo, através do seu Partido o PDS, assumiu, assumiu e disse que não teremos eleições em 1.980. Será que o povo brasileiro tem que ficar à mercê de uma decisão de meia dúzia do Palácio do Planalto, e tem que ficar à mercê das decisões de um Congresso Nacional maculado pelos senadores biônicos, os senadores que chegaram ao Congresso pela porta dos fundos.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, quando Vossa Excelência diz que o PMDB já conseguiu homologação junto ao Tribunal Eleitoral, não entendi se Vossa Excelência estava querendo afirmar que seu Partido já está em condições de lançar candidato a prefeito?

**O SR. DARCY DEITOS** — Acho que sim. O Governo que use os meios que tem e vamos disputar eleições.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Nobre Deputado, o Governo não tomou posição pedindo prorrogação. O que houve foi determinado número de senadores se manifestando favoráveis à prorrogação do mandato. Não foi uma posição do Governo.

**O SR. DARCY DEITOS** — 37 Senadores é a Bancada do Governo.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Mas, temos que ser bastante realistas e analisarmos que não há condições, que há conflito de datas entre a Lei Eleitoral para que se realizem as eleições em 15 de novembro.

Vou dar, nobre Deputado, a minha posição: acho que o povo precisa votar. Sou contra o mandato-tampão, porque isso é um desastre para os municípios. Temos uma eleição por 2 anos e um prefeito que assume. No primeiro ano terá que fazer uma programação. No segundo ano, quando ele pensa em trabalhar, já tem que fazer política para eleger seu sucessor.

Isso será um verdadeiro desastre.

Era preciso, e isso não cabe a nós, Deputados estaduais discutirmos, mas aos federais, que os Deputados federais discutissem para que se realize, não neste ano, devemos ser realistas, não temos condições de realizá-las, mas que fosse para o ano que vem, com um mandato de 4 anos. Que se alterasse a lei vigente com um mandato de 4 anos.

Mas, se for mandato-tampão é preferível que se prorogue as eleições. Porque, o mandato-tampão será um desastre para os municípios.

E se o Governo estivesse pensando, como Vossa Excelência alega, com medo de realizar as eleições, que ia perder as eleições, acho que Vossa Excelência se equivoca, porque, se as eleições fossem realizadas agora, teríamos, aqui no Paraná, a vitória em 90 por cento dos municípios.

Tenho certeza que teremos condições para isso.

A nossa comissão provisória, na maioria dos municípios paranaenses, também já está organizada. Mas, não estamos em condições de lançar candidato, nem o nosso Partido, nem o de Vossa Excelência, nenhum dos partidos.

Porque, é um absurdo quando se fala de dar forças às comissões provisórias e lançar candidatos.

Se falamos em democracia, em abertura, essas comissões provisórias são organizadas da melhor forma possível, mas nunca o povo é ouvido para organizar. É preciso que o diretório seja constituído pelo povo para ter força de escolher seu candidato para disputar as eleições.

Era esse o aparte que desejava oferecer a Vossa Excelência.

**O SR. DARCY DEITOS** — Nobre Deputado, responderei seu aparte dizendo que, evidentemente, aqui é uma Assembléia de um Estado, mas, não concordo com Vossa Excelência quando diz que aqui não devemos discutir problemas de eleições municipais que, realmente, interessa a todos nós, Deputado.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Não disse isso. Disse que não nos cabe a nós decidirmos, devemos, sim, claro, fazer nossa manifestação, é uma obrigação nossa expor nosso ponto de vista. Já dei o meu. Sou favorável que se realizem eleições. Sou contra a coincidência de mandato. Acho que é um absurdo a coincidência de mandato.

Seremos prejudicados, nobre Deputado. Pode estar certo. Se Vossa Excelência fez, em Campo Mourão um determinado número de votos, pode reduzir à metade, se houver a coincidência de eleições.

Porque, a metade dos votos serão nulos. Todos nós seremos prejudicados.

**O SR. DARCY DEITOS** — Isso são casuísmos, Deputado Gilberto, porque nós do PMDB poderemos até fazer menos Prefeituras e menos vereadores do que nós detemos hoje, mas nós, nem que seja por mandato de um mês, nós queremos que sejam realizadas eleições, porque nós não temos medo de eleições.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

**O SR. DARCY DEITOS** — Pela ordem, concederei os apartes, inicialmente para o Deputado Dácio, depois para o Deputado Deni, depois para Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel.

Mas só para concluir o aparte do eminente Deputado Gilberto Carvalho, eu acho que cabe a nós políticos, que cabe às Assembléias, de todos os Estados brasileiros, levar a nossa mensagem, levar o nosso apelo para que todas as lideranças políticas no Congresso Nacional, através do Presidente do Congresso, do Presidente da Câmara, dos Presidentes dos Partidos e de todas as lideranças dos partidos para que, usando todos os meios constitucionais que têm à mão, para que se façam realizar as eleições em 1.980, porque eu acho que o povo não pode ser roubado, não pode ser vilipendiado num seu direito, que elegeu prefeitos e vereadores por um mandato de quatro anos, e esta, nobre Deputado, esta fornada de prefeitos que o Paraná teve, nas eleições de 76 foi a pior fornada de prefeitos que o Paraná já teve, com raríssimas exceções.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Dácio Leonel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta mas não pode atender a questão de ordem do Senhor Deputado. Com a palavra, na tribuna, o nobre Deputado Darcy Deitos.

(Faz soar os tímpanos).

A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel. (Tumulto no Plenário).

A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel, na forma do Regimento Interno desta Casa. Está com a palavra na tribuna o nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos em virtude de tumulto no Plenário).

Com a palavra, na tribuna, o nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCÝ DEITOS — Concedo o aparte ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, eu até tenho que contar até cinco, pensar um pouco, porque honestamente, eu já não sei em que época estamos vivendo. Parece que estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordando um tema, e me parece que nesta Casa, cada um poderá externar o seu pensamento, a sua posição. Inclusive eu iria iniciar o meu aparte ao ilustre Deputado que está na tribuna para dizer que Vossa Excelência hoje teve uma felicidade fora do comum, em abordar este assunto, porque permitiu, na sua abordagem, que nós passássemos a ouvir outra coisa do que estávamos ouvindo até então, quando a única coisa que se dizia, é que o Governo queria eleições e não levantaria uma palha sequer para evitá-las, e hoje começamos a sentir que os próprios homens do Partido do Governo, passa a justificar a necessidade da prorrogação dos mandatos.

É uma tese nova, é uma nova colocação. Não se defende mais a posição, como vimos dias atrás, das grandes lideranças do Governo, especialmente pelas emissoras de televisão, dizendo que o Partido do Governo queria as eleições, não iria mexer com uma palha sequer a fim de modificar, a fim de evitar que as eleições deixassem de se realizar este ano, mas nós, Sr. Deputado, já pudemos sentir e já estivemos nesta tribuna...

O Sr. Gabriel Manoel (Provoca tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa suspende a sessão por alguns minutos. (Faz soar os tímpanos) Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está reaberta a presente sessão. Na tribuna o nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCÝ DEITOS — Prosegue com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O Sr. Dácio Leonel — Quero ver se concluo rapidamente, para não roubar mais o precioso tempo de Vossa Excelência, ainda mais considerando que outros companheiros desta Casa também pretendem apartes no seu pronunciamento.

Mas eu dizia, que através das emissoras de televisão em especial, sempre surgiam as grandes figuras do Governo, para reafirmar que o Governo quer as eleições, que o Governo deixaria a critério das Casas do Congresso, que o Governo não iria mover uma palha sequer. Mas, acontece que as suposições pagaram para ver o blefe, tentaram testar mais uma vez, a verdade do Governo, aquela mesma verdade do Governo por ocasião da sublegenda, quando da extinção dos partidos políticos. E o que fizeram?

Através do Deputado Santilo, foi proposta uma fórmula que permitia das indicações de candidatos pudessem ser feitas Comissões Provisórias. Era uma maneira então de que tivéssemos as eleições. O que aconteceu o Brasil inteiro sabe. Diversas fugas de plenário, na Câmara dos Deputados da bancada do PDS, até que contando com quorum, conseguir esta mesma bancada, rejeitar e evitar assim, que o Projeto Santilo

tivesse andamento e pudéssemos ter uma solução para as eleições.

E hoje, a notícia está estampada em toda a imprensa, a bancada do Governo no Senado decidiu optar pela prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores por 2 anos e rechaçar qualquer proposição dos partidos oposicionistas para viabilizar a realização do pleito marcado para o próximo dia 15 de novembro.

Trago apenas estes dados a Vossa Excelência, tendo em vista que teria surgido talvez alguma dúvida a respeito da notícia da posição tomada pelos Senadores do PDS e também, para ilustrar as posições de ontem, quando do lado do Partido do Governo se falava apenas uma coisa, que o Partido do Governo queria eleição de qualquer forma não iria mover uma palha porque ganharia as eleições e que o problema estava nas mãos das oposições.

Mas, quando as oposições decidiram pagar para ver, o resultado aí está, os cumprimentos a Vossa Excelência e pelo menos assim, estamos hoje tendo teses novas. Agora então, vamos passar a ter da parte do Partido do Governo certamente, a defesa, a justificativa do por que não devem sair eleições este ano, é outro assunto novo.

O SR. DARCÝ DEITOS — Vossa Excelência coloca muito bem Deputado Dácio Leonel. Até ontem se dizia de que o Governo queria eleições, mas até ontem ainda, o partido do Governo não deu sequer entrada no Tribunal Superior Eleitoral, do seu pedido de registro.

Como que ele quer eleições? Como se há 15 dias atrás no Congresso Nacional foi votado um requerimento de Regime de Urgência para votação de uma Emenda Constitucional, em que era solicitado que o mandato de 2 anos como está previsto para essas eleições, fosse um mandato para 4 anos e que fossem reformulados os prazos na Justiça Eleitoral.

E qual não foi o resultado da votação desse requerimento em Regime de Urgência, foi de que as oposições foram derrotadas por 3 votos, 160 a 157.

Então, quem não quer eleições? Somos nós, ou é o Partido do Governo.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz, em seguida ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Darcy, o problema é o seguinte: essa história de eleições no Brasil está que nem a Reforma Agrária, todo mundo é favorável, mas ninguém a deseja de fato.

Vamos colocar as coisas. Em 1.945, em 29.10.45 caía o então Presidente Getúlio Vargas, um mês depois houveram eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte, um mês apenas após ter caído o Presidente. O golpe que o derrubou. Então, condições existem para fazer eleições e eu quero esclarecer inclusive que no momento, hoje, o PMDB está em plenas condições porque os prazos começam a contar a partir do dia 15 de maio, para que estejam filiados. E desde ontem o PMDB está em condições de fazer filiações, quem estiver filiado até o dia 15, poderá concorrer a eleições.

Nós praticamente estamos oficialmente em condições de filiar membros que poderão ser os candidatos.

Então, o PMDB está em condições das eleições. Mas, de fato, não se quer eleições. E, nesse não se querer eleições, toda a classe política, PMDB, PDS, PT, PTB, PP, toda ela naufraga. Porque eu concordo com o Deputado Gilberto Carvalho quando ele diz que é impossível um mandato tampão. A solução seria um mandato de 4 anos, eleições agora como manda a própria Constituição, um mandato de 4 anos simples e puramente, não há em país algum que prove que democracia se faça com a coincidência de mandatos. Coincidência de mandatos e o Deputado Gilberto Carvalho concorda com isso, é altamente pernicioso não só pelos votos nulos que aparecerão, mas porque o exercício de democracia se faz menos vezes.

Que bom se nós tivéssemos eleições todos os anos. Porque todos os anos os governantes, deputados, vereadores, governadores, Presidentes, estariam testando seu prestígio e se fossem bem tudo bem. Mas, se as eleições reprovasses eles estariam mudando de rumo.

Nos Estados Unidos, o maior senador é de dois anos. Quer dizer, não há razão, quer dizer no fundo o que se quer é de fato e aí está o alerta, é novamente passar toda a classe política para trás. De fato é manter este Colégio Eleitoral que aqui, que hoje está de Vereadores, para em 1.982 novamente nomearem os Governadores. E novamente a classe política não só do PMDB não, o próprio PDS vai ficar relegado porque ele não vai escolher, ele vai referendar alguém que venha de Brasília. Aí está de fato o que se pretende.

E todo aquele político que defender isto o que o Planalto quer, de fato está pretendendo delegar o seu poder de político, seja ele do PMDB, ou seja ele do partido do Governo. Essa é a grande verdade. Se prorrogam os mandatos hoje, o Colégio Eleitoral para a eleição dos Governadores, porque até hoje a eleição para Governadores ainda não foi transformada em direta, lembrem que o Governador é indireto, e nós teremos mais quatro anos de Governador indireto.

No fundo o que se pretende é isto.

**O SR. DARCY DEITOS** — Vossa Excelência coloca muito bem, Deputado Deni Schwartz, mas eu apenas queria discordar desta sua colocação, dizendo de que o mandato teria de ser de quatro anos. É evidente que em dois anos é um prazo muito curto, mas se está marcado para dois anos vamos disputar a eleição! Não importa porque prazo seja o mandato! Importa que tenhamos eleições nem que seja para trinta dias. Eu acho que eleição é eleição.

**O Sr. Nelton Friedrich** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O Sr. Ezequias Losso** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. DARCY DEITOS** — Concedo o aparte ao Deputado Nelton Friedrich e depois, em seguida, a Vossa Excelência.

**O Sr. Nelton Friedrich** — Ilustre Deputado Darcy Deitos, parabéns pela sua oportuna presença na tribuna e pelo tema e nós vemos que efetivamente no País e aqui mesmo as contradições se aguçam, os problemas de consciência começam a aflorar e aí as emoções explodem.

A reforma político-partidária foi feita no País sob a premissa de reencontro com o processo democrático. No entanto, a primeira filha expúria da reforma partidária é a prorrogação de mandatos. É a quebra do calendário eleitoral. Mas que reforma partidária democrática é esta que a primeira medida consequente mesmo é o impedimento de eleições! É a negação absoluta de qualquer pretensão colocação democrática na reformulação partidária tão decantada pelas autoridades governamentais.

Como se vai fazer uma reforma partidária, criar-se novos partidos, e a primeira e efetiva consequência é alterar o processo eleitoral que já estava definido? E o que significa prorrogação?

É a atitude mais antidemocrática, imoral e consequentemente anti-ética. Porque qualquer mandato popular, porque o que há aí de Interventores não são mandatos, são efetivamente Interventores, mas o mandato o que é? É a procuração que o advogado recebe do cliente para atender e defender os seus interesses nos limites dos poderes outorgados. O eleitor outorgou poderes aos Vereadores e Prefeitos do País por quatro anos, e qualquer dia a mais significa extrapolar os poderes outorgados, significa imoralidade, significa, em outras palavras, tudo o que se nega de respeitabilidade até a procedência do mandato, a procedência do eleitor.

Então nós estarecidos vemos que a coisa toma um rumo

cada vez pior. A Constituição Brasileira prevê eleições para 1.980. No entanto, uma Lei Ordinária, cria tal complexidade e parafernália legística, ou legalística que impede as eleições este ano.

Ora, se a Constituição que é a lei maior prevê, as leis menores devem estar subordinadas hierarquicamente a lei maior. E no entanto, cria-se todo um tumulto para justificar e impedir o pleito de 1.980. Não importa a mim se a eleição seria de dois anos, de um ano, de um mês ou de quatro anos, importa sim o respeito à vontade popular que se manifesta pelas urnas, bem ou mal, ganhando quem ganhar, mas através de eleições, através do expediente democrático, universal, legítimo e que tanto está faltando a este País.

Mas efetivamente o problema não é 80, o problema é 82. O Governo tem medo e tenho certeza que muitos dos políticos que estão aqui, principalmente da Oposição, já fizeram esta alusão até nos contatos políticos em comícios, este Governo tem medo de eleições como "o diabo tem medo da cruz". Porque as eleições não têm legitimado nenhum ato deste Governo. A sociedade brasileira não tem referendado, nos últimos anos, nenhum ato do Regime.

Esta é a grande confrontação que vive o momento brasileiro. Precisa-se legitimar o Regime de exceção, mas que é a autoridade legitimadora? É a sociedade civil e esta não pretende, esta tem a resposta nas urnas, com votação maciça naqueles cargos de efetiva importância e repercussão nacional.

Portanto, nos cabe moralmente, a obrigação de não aceitar mais esta covardia do Governo contra o povo brasileiro. Devemos reagir, não só em pronunciamentos, deveríamos sim unir todas as forças democráticas, formar neste País uma frente democrática, reunindo inclusive aqueles que possam, tendo respeitabilidade democrática e libertária do Partido do Governo, somar-se numa frente e exigir do Governo o respeito à vontade popular e, principalmente, ao próprio calendário eleitoral, para que o povo volte a cultivar este extraordinário exercício da Democracia via eleição.

Mas a classe política, já começa a dobrar a esquina, a aceitar mais um "pacote" que vem aí. A classe política já começa, em inúmeros casos, covardemente, a achar que isto aí está certo. Como achou que as cassações estavam certas, que o AI-5 estava certo, como os absurdos que ocorreram neste País estavam certos ou mesmo se omitiram. A classe política é a grande responsável por esta situação, porque não tem tido a coragem e a personalidade de defender o maior e principal princípio e mandamento que deve existir em qualquer Nação civilizada, a Democracia. Somos, em parte, culpados disto; porque não temos a ousadia e o respeito com a nossa História de, unidos, dizermos ao Governo que ou esta Democracia é para valer, ou é para efeito externo, ou é para conversa de gabinete, ou é para vender uma imagem do Presidente que diz que, ou faz uma Democracia neste País, ou prende ou arreventa. Porque ele não prende aqueles que não querem eleições este ano? Obrigado.

**O SR. DARCY DEITOS** — Nós que agradecemos o seu aparte, nobre Deputado Nelton Friedrich. Temos que nos conscientizar que o brasileiro precisa ser dono de seu País...

**O Sr. Ezequias Losso** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. DARCY DEITOS** — Dividirei com Vossa Excelência.

**O Sr. Ezequias Losso** — Nobre Deputado, apenas para informar a Vossa Excelência que o assunto referente ao adiamento das eleições, foi objeto de amplas discussões no último Congresso da União Parlamentar Inter-Estadual, realizado em Brasília. E após as observações de diversas teses, concluiu o Congresso pela inconveniência das eleições, dentro do afogadilho que seria feito pela aprovação de determinados projetos que estão em andamento no Congresso Nacional.

Apenas para informação de Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Mas eu acho, eminente Deputado Losso, que foi mais um casuísmo. E eu queria apelar para o espírito democrático de Vossa Excelência, que me deixasse concluir, ou que a Mesa desse como lido o restante do meu pronunciamento, tendo em vista o problema que houve durante a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere o pedido do nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — (Leitura transcrita) "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos que nos conscientizar que o brasileiro precisa definitivamente ser dono do seu País, pois é ele que constrói com seu suor a grandeza de nossa Pátria, deixando de transferir o nosso patrimônio a grupos estrangeiros que aqui só vêm buscar nossas riquezas e, infelizmente, com o beneplácito do Governo brasileiro.

Por que o Governo não quer eleições?

Porque neste País a classe trabalhadora vive momentos angustiantes, recebendo pelo seu trabalho um salário de fome, que não condiz com a dignidade humana, pois sabemos que se o salário mínimo é baseado na alimentação, o povo irá morrer de inanição, senão, comparemos os preços de 79, maio, e os de hoje, para termos certeza que o mesmo de há muito está defasado.

Embora o Ministro Murilo Macedo tenha afirmado que o Governo chegou ao máximo com os seus índices de aumento do salário mínimo, é verdadeiro que todo o Governo dá ao povo conforme seu compromisso com o mesmo, e aqui temos que afirmar que este Governo não tem compromisso com o povo brasileiro, pois pelo menos não foi eleito, e inclusive note-se que o mesmo deixou de falar à classe trabalhadora no seu dia, primeira primeira vez em 37 anos.

Mas, por que o Presidente da República não falou aos trabalhadores?

Não falou porque não tinha o que dizer, não tinha o que explicar, não tinha, enfim, o que prometer, pois enquanto decretava um salário de fome, prendia os líderes sindicais do ABC, os quais estão sendo considerados criminosos por reivindicarem melhores condições salariais aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo.

Este pois, é um salário de fome que a classe trabalhadora terá que amargar durante mais um ano.

Por que o Governo não quer eleições?

Porque quer se perpetrar no poder indefinidamente, não respeitando as regras constitucionais, legislando em causa própria, não permitindo que o Congresso Nacional faça leis, leis essas que garantiriam o futuro do Brasil.

Daí nós, desta tribuna, pedimos mais uma vez ao povo, que juntamente com a classe política consciente, se una e passe a exigir a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que deverá propor as soluções para os problemas brasileiros, modificando principalmente este modelo econômico financeiro que estamos utilizando, o qual leva o povo brasileiro à miséria, ao empobrecimento e ao total domínio de nosso capital pelas multinacionais, exportando tudo, mesmo sem receber nada em troca, a não ser o certificado que a dívida externa nos devora, nos destrói e cada dia cresce mais que estava na véspera.

No Estado do Paraná, a situação não difere, pois ela é simplesmente a grande projeção da situação que atravessa toda a Nação brasileira. Porque, o Governo do Estado do Paraná, até o presente momento, não se manifestou pela realização das eleições em nossos municípios". (Fim da transcrição não lida).

— Sr. Presidente, queria dizer ainda que encaminho à Mesa um requerimento, no qual solicito que esta Casa envie um telex ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, das lideranças partidárias com assento

em ambas as Casas e aos presidentes dos partidos políticos, para que os mesmos se posicionem favoravelmente à realização das eleições municipais, de 15 de novembro, conforme determina a Constituição Brasileira, para que não se macule, mais uma vez, o espírito democrático de nosso povo, que quer eleições, para o exercício do seu mais legítimo direito, que é o voto e que sei que esta Casa haverá de votar favoravelmente.

Agradeço a Vossa Excelência. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Face à aprovação em data de ontem, do requerimento que constitui Comissão Externa para representar este Poder no 33º aniversário de emancipação política do Município de Maringá, designo os Srs. Deputados Antônio Facci e Renato Bernardi, para representar esta Assembléia Legislativa nas solenidades.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 127/79 que cria o Município de TRÊS BARRAS, com território desmembrado do Município de Catanduvas e divisas que especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 139/79, que cria o Município de JESUITAS, com território desmembrado do Município de Formosa e divisas constantes do atual Distrito Judiciário. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/79, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que cria no Município de Curiúva, o Distrito Administrativo de Figueira, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 131/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de FIGUEIRA, no Município de Curiúva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Partindo da barra do Rio das Pedras, no Rio Laranjinha, sobe por aquele rio até a barra do Ribeirão Areia Branca, pelo qual segue até suas cabeceiras, donde em linha reta e seca segue até as cabeceiras do Córrego Esperança, descendo, por este e depois pelo Arroio Taboão ou Cachoeira, até sua barra no Ribeirão São Francisco, pelo qual desce até o Rio Laranjinha, e por este até a barra do Rio das Pedras".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL

## JUSTIFICATIVA:

Figueira já é, nos dias atuais, uma realidade constatável; grandemente progressista e tem na sua laboriosa e dinâmica população uma garantia de que o atual e elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim acelerado.

Este projeto, portanto, é a primeira de uma série de medidas que podem e deverão ser tomadas para atender os anseios e necessidades de Figueira.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 131/79

## PARECER:

De autoria do Deputado Gabriel Manoel, tem por objetivo a criação, no Município de Curiúva, do Distrito de Figueira, com as divisas que especifica.

O projeto está devidamente justificado e, sob o aspecto formal, se ajusta aos cânones regimentais.

Quanto às exigências do Art. 9º, da Lei Orgânica dos Municípios, pode-se admitir como cumpridas. O requisito população está implícito na certidão do Juízo Eleitoral da 119ª Zona, visto que o corpo eleitoral de 2.488, supõe um número de habitantes bastante superior a mil. A existência de 254 casas na sede, nos termos do expediente da Fundação IBGE anexo ao processo, além da delimitação da área, constante do Art. 1º do projeto, suprem os requisitos legais.

Diante do exposto, é forçosa a conclusão de que a proposição tem amparo constitucional, legal e regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/79, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que cria no Município de Barbosa Ferraz, o Distrito Administrativo de Bourbônia, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência.— Aprovado.

## PROJETO DE LEI Nº 154/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de BOURBÔNIA, no Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Começa na barra do Rio das Lontras com o Rio Chupador, sobe por este até o ponto de encontro com a estrada Iretama - Campo Mourão; segue por esta no sentido de Campo até a bifurcação da estrada para Barbosa Ferraz, segue por esta até a divisa da Gleba Corumbataí, de propriedade de Nicolau Lunardelli, segue por esta divisa de gleba até a divisa com o lote 2 da Fazenda Rio Formoso; segue por este até encontrar o Rio das Lontras, e por este até sua foz, no Rio Chupador, ponto de partida”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

Bourbônia já é, nos dias atuais, uma realidade constatável. Grandemente progressista, tem na sua laboriosa e dinâmica população uma garantia de que o atual e elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim, acelerado.

Este projeto, portanto, é a primeira de uma série de medidas que podem e deverão ser tomadas para atender aos anseios e necessidades de Bourbônia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 154/79

## PARECER:

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, cria o Distrito Administrativo de Bourbônia, no Município de Barbosa Ferraz, com sede na mesma localidade e com as divisas que especifica.

O projeto atende aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, nada havendo de ordem legal ou constitucional que se lhe possa opor.

Somos portanto, de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; José Tavares, Relator

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa).

29 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/80, de autoria da C.C.J., mens. Govern. nº 14/80), que aprova Termo de Renovação aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de LARANJEIRAS DO SUL e TOMAZINA, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 15/80), que aprova Termos de Renovação aos Convênios 50/78-SEPL e 165/78-SEPL, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ORTIGUEIRA e IMBITUVA, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, em obras públicas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 16/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PIRAQUARA, através da Secretaria de Estado do Planejamento que com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visa a aplicação de recursos financeiros na execução da primeira etapa do Programa de Paisagismo das Vias de Acesso da Região Metropolitana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, no sentido de que no traçado definitivo da chamada Ferrovia da Soja seja estabelecida uma ligação entre as cidades de Cascavel ao Porto de Guaíra, favorecendo diversos municípios. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública, visando providências para dotar o DETRAN de Londrina, de maior capacidade, objetivando atendimento mais rápido. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já me referi na sessão de ontem a esse requerimento e não vou voltar ao mesmo assunto.

Apenas dizer que a bancada do PDS votará favoravelmente ao requerimento, mas fazendo uma ressalva: no encaminhamento que fez, ontem, na tribuna, o nobre Deputado Fiori Luiz, do presente requerimento, na justificativa verbal feita pelo nobre Deputado.

Queremos fazer uma ressalva quanto à honestidade, quanto ao espírito público do Sr. Secretário da Segurança. Nós não aceitamos, absolutamente, as imputações que se pretendeu fazer ao Sr. Secretário de Segurança, na tarde de ontem.

O requerimento é perfeitamente válido; o Sr. Deputado Fiori Luiz está cumprindo com o seu papel de representante do povo, em protestar contra irregularidades que estariam ocorrendo no DETRAN de Londrina, contra as desonestidades que, porventura, estejam lá, também, ocorrendo. Mas, jamais imputá-las ao Sr. Secretário de Segurança, adredemente, sem uma resposta do Sr. Secretário. Com esta ressalva, Sr. Presidente, vamos votar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

**Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do trecho compreendido entre a BR-101 a Agudos do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e congratulações pelo trabalho realizado desde 1977 no Comando da Polícia Rodoviária Estadual, ao Ten. Cel. Sérgio Mastek Ramos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", mais especialmente pela campanha vitoriosa, encetada por "Gazeta da Justiça", para a construção do Fórum de Curitiba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República e diversas autoridades, encarecendo que seja autorizada a liberação da exportação de suínos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à COPEL e à Prefeitura Municipal de Curitiba, no sentido de ser melhorada a deficiente iluminação da Rua Presidente Arthur Bernardes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República e diversas autoridades, no sentido de que sejam concedidas cotas para empresas da região oeste moerem o trigo ali produzido. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo prioridade e urgência para a pavimentação das rodovias Toledo - Santa Helena, Toledo - Vera Cruz do Oeste e Toledo - Cafelândia. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, no sentido de que determinem providências sugeridas em outras que a critério o caso venha a exigir quanto à falta de segurança, roubo de carros e a violência no Oeste do Estado. — Em discussão.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do

Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de estudar a possibilidade de aumentar o número de vagas do Colégio Estadual de Antonina. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se para a próxima sessão a discussão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado à PARANATUR, no sentido de que tome providências na Estrada da Graciosa, visando melhor conservação do asfalto. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Chefe do Distrito Rodoviário do DNER, encarecendo providências no sentido de melhorar a sinalização da BR-369, junto ao acesso do Município de Corbélia. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lázaro Dumont, Edilson Alencar, Tadeu Lúcio Machado e Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Rádio Brasil 104-FM, de Curitiba, pela implantação de uma linha de programação autenticamente brasileira, rodando cem por cento de música nacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, em forma de informações a respeito da campanha de prevenção e profilaxia da raiva. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de que exerça rigorosa fiscalização no Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná, a fim de que seja efetivamente dado cumprimento ao Plano Diretor do Curso de Geologia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, em forma de pedido de informações sobre um rol de questões referentes ao planejamento familiar. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs.



Presidente do Congresso Nacional, Presidente da Câmara dos Deputados, Lideranças dos Partidos Políticos e aos Presidentes dos Partidos Políticos, no sentido de que os mesmos se posicionem favoravelmente à realização das eleições de 15 de novembro, como determina a Constituição Brasileira. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e outras autoridades, no sentido de que determinem medidas urgentes com referência à falta de segurança, ao grande número de furtos de carros e a violência no Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, referente a diversos itens sobre os financiamentos efetuados para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. — **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam, 16 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, em forma de apelo, no sentido de que, pessoal e diretamente, gestione para reabertura das conversações entre empresários e trabalhadores paulistas. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós deveríamos, já há alguns dias, estar votando esse requerimento de minha autoria, e que eu considero de grande importância para a vida brasileira. Mesmo porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um assunto que já vem sendo abordado por líderes políticos nacionais e por todas as classes representativas desta Nação, que desejam que este País retome o caminho da tranquilidade.

E para que o Sr. Presidente da República assuma responsabilidades que lhe cabem, neste momento difícil da vida nacional. (Lê):

“Vê-se todos os dias a sociedade reformar a lei; nunca se viu a lei reformar a sociedade”.

Razão bastante tinha o Dr. Jean Cruet, ao fazer essa afirmação, porque a lei nasce primeiro na consciência dos homens, para depois ser transposta para os códigos.

De nada adiante colocarem-se os soldados com canhões e tanques nas ruas, a pretexto de fazer cumprir leis, que não estão fundamentadas na consciência dos homens que formam uma comunidade.

Há contra elas a força da razão que fala mais alto, mesmo porque, sem esse pré-requisito, não podem existir boas leis e, não sendo boas, são contrárias ao direito; e, por serem contrárias ao direito, são causas de perturbação da ordem social.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na história dos povos, nenhum direito se conquistou sem lutas, sem entre-meio à dor, o sofrimento, o cárcere, e até mesmo com o sangue derramado.

O mundo está cheio de mártires das lutas mais sacrossantas pelos direitos da humanidade.

Aqui mesmo, no Brasil, ainda nesses dias, comemorou-se a data da Inconfidência Mineira, que a história registrou como seu mártir, o cognominado Tiradentes - e com ele também outros pagaram pesados tributos pela luta em defesa da liberdade de nossa Pátria.

É bom que se recorde também de Manoel de Beckman e Jorge de Sampaio, que em 1684, em São Luiz do Maranhão, porque protestaram contra o monopólio dado à Companhia do Comércio ou do Estanco, para venderem gêneros de primeira necessidade, numa repugnante exploração ao povo, a resposta não foi outra senão serem ambos levados à força. Também Felipe dos Santos, que em 1720, na defesa do povo, protestou contra os abusos que se cometiam na cobrança de tributos escorchantes, foi afinal levado à força, e teve o seu corpo arrastado pelas ruas da heróica Vila Rica, hoje Ouro Preto.

São fatos históricos que citamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para mostrar, afinal, que ainda hoje não vivemos outros tempos. Que a história se repete, como agora na grande luta dos operários paulistas, que depois de tanto pedirem, de tanto se ajoelharem diante dos poderosos, têm como resposta, ao extremo e legítimo gesto de defesa de seus direitos, a violência e a prisão de seus líderes.

Disso, entretanto, resta o consolo de que, como agora rendem tributos àqueles que no passado lutaram e tombaram na defesa dos nossos direitos e aspirações legítimas; amanhã, os que hoje em troca de sua luta recebem a violência das armas e as patas dos cavalos dos donos do Poder, a história haverá de lhes fazer justiça, reconhecendo a nobreza da sua luta, porque está consubstanciado num direito que não está escrito em lei alguma, mas na própria natureza humana, pois por uma sobrevivência condigna.

E por que não ouvir aos seus apelos? E muito mais, por que não atender ao povo trabalhador, na humildade, por todos reconhecida, do que desejam e necessitam?

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltando a nossa memória por todo o tempo pretérito, até onde ela possa alcançar, veremos que o povo sempre esteve com a razão.

E agora, mais do que nunca, não só está com a razão o povo, como sabe o que quer e porque quer. Não sou eu apenas que assim afirmo, outros que reconheço de grande sabedoria, ainda há pouco afirmaram que esse movimento dos trabalhadores paulistas tem um alcance de grande profundidade social, muito além do que se possa imaginar de ser apenas uma reivindicação de ordem salarial.

E esse alcance, dúvida não há, se traduz na aspiração nacional de um novo e mais justo pacto social, como objetivo maior a ser alcançado na luta pelo povo, defendido pela oposição nesses 16 anos de arbítrio e opressão em que vive a nação brasileira.

Já agora, quanto a isso, se manifesta a Igreja, através das suas figuras mais expressivas, como também um dos pontos ainda ontem referidos em seu pronunciamento, pelo General Andrade Serpa, demitido de suas funções pelo poder do arbítrio, não porque disse, mas pelo que disse.

Na verdade, a sociedade brasileira está na frente e bem na frente do governo, mostrando o caminho que deve ser seguido, para que sejam retomados os rumos da paz social. Está chegado o momento do Sr. General João Baptista Figueiredo, na condição de Presidente da República, sair do seu comodismo e abandonar os “malufistas” que não são bons conselheiros, comprovadamente, basta que se veja os Luttfalase Attalase, direta e pessoalmente, procure o reencontro das

classes que estão em conflito, pois somente por incompetência e má-fé dos que representam o Governo no impasse, é que ainda não se chegou a uma solução satisfatória. É que aos "malufistas" não interessa a solução do problema, e eles estão a pensar que o direito do povo se resolve com soldados nas ruas e patas de cavalos. E, com isso, estão prestando um desserviço à Nação e ao próprio Governo.

Deixa o Governo os homens na praça. A praça é deles. Ali reina a ordem. Não há, nesse gesto, ofensa a direitos de outrem.

Vá o Sr. Presidente ao encontro deles, sem medo nem ostentação de força, cumpra o papel que lhe cabe como Chefe da Nação, pois de nada adianta deitar falas, na repetição dos seus maus conselheiros, para ofender os segmentos da sociedade brasileira, como a exemplo do que se diz, injustamente, contra a Igreja, que representa o que é de mais significativo no mundo cristão.

Mesmo porque, não pode o Sr. Presidente da República, como ninguém mais, em bom senso, desconhecer que a solidariedade é um dever cristão e ela sempre surge quando se constata a sua necessidade humana. E existe um fato concreto, cujos protagonistas são dois segmentos da sociedade, representados por patrões e empregados. E a Igreja, ao nosso modesto ver, cumpre os sagrados mandamentos cristãos de se colocar em defesa do mais fraco que sem dúvida são os operários, até porque, os patrões, além de serem mais fortes, contam com o apoio do poder público, ou melhor, do Governo, que sempre vem se aprestando a dar guarida ao "capitalismo selvagem" das multinacionais, com a força das armas.

Também, ao nosso ver, leviandade é dizer-se que a Igreja, através dos seus representantes, está praticando ao incitamento à greve, pois essa é a maneira e sempre foi, usada pelos ditadores, para desmoralizar um posicionamento sério, sereno e equilibrado, de quem realmente quer ajudar na solução de um grave problema social, sem os excessos que possam ocorrer com sacrifício de vidas humanas, o que, entretanto, não tem tido o Governo igual e correto posicionamento.

Até parece, e ficamos a pensar seriamente; que aos que estão à cavaleiro no Poder, tanto pior, melhor, e já não falta um general para defender a doutrina da força, como se fora ele o dono do direito dos demais.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a truculência e a brutalidade domina o Governo deste destituito País. Já não lhe bastam andar às ruas soldados com armas para ferir a dignidade do povo; até os alimentos impede o Governo que a esse mesmo povo se faça chegar. Esse é o maior dos crimes que se comete contra a pessoa, sendo bem uma característica do nazi-fascismo, cuja derrota custou muita luta e vidas que tombaram.

Quando assistimos acontecimentos como esses, a nossa alma fica pesada de tristeza, e custa-nos crer que o Governo do nosso País, ainda que não representando a vontade da Nação, expressa nas urnas, pratique tamanha crueldade contra homens, mulheres e crianças.

Se este Governo fosse realmente democrata, fosse realmente humano, tivesse saído do seio do povo para governar pelo povo e para o povo, tenho certeza que este País seria mais feliz e os atos de governo teriam a imparcialidade que mais se aproxima dos céus.

A escravidão negra manchou a história desta Pátria, pelo simples fato de homens terem nascido com a pele escura; já agora, vivemos o opróbrio de uma escravidão que tem os seus alicerces fincados na pobreza que se impôs ao povo por um regime "capitalista selvagem" do qual todos queremos nos libertar.

Com essas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso ter justificado o meu requerimento de apelo ao Sr. Presidente

da República, no sentido de que assuma a responsabilidade que o cargo de Chefe da Nação lhe impõe, e busque, com competência, dar solução a esse grave problema social gerado no ventre de uma ditadura e de um regime capitalista contrário aos interesses do povo brasileiro.

Não há que pensar que o comportamento dos metalúrgicos paulistas são contrários à lei, e por isso, qualificá-los de contrários a princípios democráticos; urge também que se constate uma realidade: se as leis que o governo diz estarem sendo desrespeitadas são efetivamente democráticas.

Um ponto, todavia, é incontestável, de que a greve é o instrumento legítimo dos trabalhadores reivindicarem os seus direitos perante seus patrões e ao governo, através do Ministério do Trabalho, compete dar proteção à classe assalariada nessas emergências, porque para isso é que ele foi criado, se não fôra assim, então que se extinga, pela sua inutilidade, não passando de um ônus a mais para o bolso do povo.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para não concordar com uma colocação que Vossa Excelência faz na discussão do requerimento em que Vossa Excelência solicita providências a esta Casa com relação à greve do ABC paulista.

Exatamente no trecho que Vossa Excelência diz que a Igreja cumpre a sua obrigação de lutar pelo lado mais fraco, contra as multinacionais e contra o capitalismo selvagem.

Exatamente neste ponto é que o bom senso está a indicar também uma outra colocação. As companhias multinacionais, as montadoras de veículos do ABC paulista, a estas companhias não importa um mês de greve, dois meses de greve, noventa dias de greve. São organizações poderosíssimas, o próprio nome já as define como multinacionais, e se daqui há noventa dias os operários retornarem ao trabalho, eles repassarão os atuais prejuízos ao consumidor.

Acho que o lado mais fraco não está somente com os operários do ABC. Entenda bem Vossa Excelência o enfoque que estou dando à questão.

Não está apenas com os operários, com os metalúrgicos, porque tiveram na parte salarial, segundo noticiário da imprensa, o índice aprovado pelo Tribunal do Trabalho, exatamente, o que eles estavam pleiteando. Aceitaram e ficaram satisfeitos.

Parece que aí há dois aspectos a considerar nesta greve. Primeiro, o aspecto político, os metalúrgicos paulistas estão realmente sendo usados por uma facção política neste País. Isto é inegável, toda a Nação sabe disto.

O segundo aspecto, é que pretendem, os mesmos grevistas, um acordo no sentido de que haja estabilidade por um ano nas negociações. É evidente que o Governo não pode forçar os proprietários, as montadoras, os empresários, a aceitarem uma cláusula desta natureza, porque contraria a lei.

Seria uma estabilidade quase que definitiva, porque daqui há onze meses... estou me valendo da generosidade de Vossa Excelência por este aparte, para que Vossa Excelência também possa olhar o outro lado da questão, daqui há onze meses se faria uma nova greve, novo movimento, com o retorno ao trabalho condicionado à manutenção daquela cláusula.

Veja Vossa Excelência que não é possível, num regime liberal, num regime livre, ser isto aceito; porque sempre se deve olhar os dois lados da medalha e não apenas um.

A questão é política e também relacionada, presa neste fato de estabilidade por um ano. Agora, o que a Igreja, o que os homens, os políticos que estão apoiando os grevistas de São Bernardo do Campo, precisam analisar com cuidado, com frieza e com isenção, são os outros segmentos da sociedade brasileira que não são multinacionais.

Em torno desta indústria automobilística brasileira; em torno da indústria de eletrodomésticos, gira uma gama de

atividades imensa; que vai desde o caminhoneiro, do carreteiro, que transporta os automóveis, às revendas de todo País, que estão parados há 40 dias, sem conseguirem dinheiro para pagarem as prestações de seus caminhões.

Vai também desde o lubrificador do automóvel, o garatista, ao vendedor de seguros; ao vendedor comissionado de veículos, de eletrodomésticos; às revendas que são empresas pequenas e médias; que não representam o capitalismo selvagem. Representam, isto sim, a ânsia do progresso, de uma parcela do povo brasileiro.

Porque, quando se pretende montar um negócio, abrir um estabelecimento comercial, o que se pretende? Pretende-se ingressar ao lado daqueles que querem o desenvolvimento; o progresso; propiciar ao povo brasileiro mercado de trabalho. Quando muito mais fácil a alguns comerciantes, seria empregar o seu dinheiro em Caderneta de Poupança, e todos esses macetes aí, que são investimentos improdutivos, que rendem apenas juros, sem ao menos aumentarem o número de lugares oferecidos aos jovens que ingressam no mercado de trabalho.

Pois bem, essas pequenas empresas, nobre Deputado, estão às portas do fechamento; Vossa Excelência precisa olhar também este lado. O reverso da medalha. O Governo pode ser um Governo de Ditadura, como diz Vossa Excelência e os seus companheiros de partido. Ditadura de quinze anos. Mas têm o dever de olhar por todos os segmentos da sociedade brasileira.

É evidente que os metalúrgicos, não só os do ABC paulista, mas todos os operários deste País, e a bancada do PDS não tem jamais negado apoio aos requerimentos da bancada de Vossa Excelência, que oferece e empresta solidariedade aos movimentos grevistas de qualquer categoria. É evidente que que a greve é um direito justo, humano e sagrado, daqueles que pleitearam melhores salários.

Agora, quando esta greve rumo por um caminho político, na defesa de interesses escusos que não são os legítimos interesses dos trabalhadores, aí precisa se parar um pouco para pensar.

E nós iríamos mais longe, se analisarmos detidamente esse movimento grevista, que um dia teremos oportunidade de fazer, iríamos mais longe, muito mais longe, para que Vossa Excelência saiba que as próprias companhias multinacionais, as grandes manufaturas de automóveis do mundo é que estão financiando, em parte este movimento grevista. Porque a indústria automobilística brasileira é uma indústria emergente. É uma indústria que está hoje já produzindo cinco mil veículos diariamente, está incomodando. Nós colocamos motores dentro da própria Alemanha, a preços menores do que os produzidos lá.

Nós colocamos caixas de câmbio, em Detroit, nas Fábricas da GM, com preço mais reduzido do que os lá produzidos. Isto naturalmente está incomodando. A indústria brasileira está se assenhorando do mercado africano. As exportações brasileiras crescem a cada dia. E essa greve, se se prolongar por mais um pouco, será um golpe de morte na indústria automobilística brasileira. Eu não estou me preocupando com o capitalismo selvagem, com as multinacionais; estou me preocupando é com a pequena e média empresa, com as empresas que trabalham no mercado paralelo, que fabricam as peças para as montadoras...

O SR. LINEU TURRA — Deputado...

O Sr. Erondy Silvério — Já devolverei a palavra a Vossa Excelência. Desculpe eu estar tomando o seu tempo.

O SR. LINEU TURRA — Não, com muito prazer.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas para concluir.

São indústrias com 40, 50 operários, umas fabricando amortecedores, outras palhetas de limpador de para-brisas, ou de frisos, ou vidros, outras borrachas, todas essas indústrias estão às portas da falência.

Vejam o mal que se causa à economia do País.

Então, analisemos com frieza, sem paixão política, sem explosão de paixões, como disse, há pouco, o nobre Deputado Nilton Friedrich: "sem paixão política".

A greve tomou um rumo perigoso para o País. Aliás, está exatamente nos planos de uma ala radical que se serve dos operários, para tentar derrubar o Governo.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço ao eminente líder o aparte que Vossa Excelência, com muita honra, me deferiu. Mas, eu queria dizer a Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, que a minha é até adiante do raciocínio de Vossa Excelência, porque entendo que o problema - e Vossa Excelência foi exatamente no tema do meu pronunciamento, que é muito mais importante do que uma simples reivindicação salarial, o posicionamento dos grevistas.

E, além disso, Vossa Excelência até coloca, aí no seu pronunciamento, em dúvida o comportamento do Sr. Presidente da República, que se omite do problema, porque ele mandou os seus emissários.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente, eu não estou defendendo o Presidente da República.

O SR. LINEU TURRA — Exato. E ele até, como Presidente da República, tem o dever de tomar à frente essa questão, para procurar solucioná-la.

O Sr. Erondy Silvério — Por essa razão vou votar com o requerimento de Vossa Excelência. Votarei com Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Então, eu queria dizer mais uma coisa. Diante desse raciocínio que Vossa Excelência expendeu há pouco, que as multinacionais estão fazendo jogo para acabar com as indústrias nacionais e tal, até é possível que aconteça, porque eu conheço, numa cidade, grandes proprietários, homens de fortuna, que não pagavam impostos, não criavam impostos, quando administravam a cidade, para protegerem os pequenos, mas eles, na verdade, estavam se protegendo, se beneficiando com isso. Não cobravam impostos dos pequenos para eles não pagarem. A realidade era esta.

Quanto à colocação que Vossa Excelência faz, não aceito, data vênia, essa colocação desta forma simplista, porque eu penso que aí é uma maneira de pretender desmoralizar um fato concreto que é uma greve para os operários, porque cada um vê o direito a seu modo.

Os operários estão reivindicando aquilo que eles acham que é um direito seu. Eu não posso. Direito é uma questão subjetiva.

Eu não posso saber, muitas vezes, até a que ponto o direito de Vossa Excelência está ferido, sei quando o meu direito está ferido. Agora, quando o direito de Vossa Excelência estiver ferido, eu não posso saber. De forma que eu não posso atinar se os metalúrgicos, aqueles que estão em greve, estão efetivamente - eles, do ponto de vista deles - porque cada um vê o direito do seu ângulo, do seu ponto de vista.

Então, ao querer apréciar o direito subjetivo do outro, acho que é uma questão muito delicada e de profundidade.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado, cumprimento o seu pronunciamento porque tem sido uma peça de extraordinária capacidade e competência, as colocações muito bem feitas, mas, infelizmente, o requerimento está sendo discutido já com atraso. Bem sei e conheço que Vossa Excelência deveria estar na tribuna, como era pretensão, há questão de já 12 dias atrás, ao menos.

Mas, como sempre a classe política está atrasada no País, não há porquê se surpreender muito com isso.

Mas, ilustre Deputado, eu acabei de ouvir referências quanto a pequena e média indústria que exatamente gravitam em torno da grande indústria do ABC, que é dominada, controlada e condicionada aos interesses multinacionais.

Mas é verdade que o Presidente da Associação da en-

tidade representativa dessas pequenas e médias indústrias foi um dos insistentes na necessidade de reabrir o diálogo, ao qual Sua Excelência o Senhor Ministro do Trabalho se nega e se nega peremptoriamente.

Então, o próprio setor nacional interessado na solução da greve demonstrou e até pressionou para reabertura do diálogo.

Mas quem é que não quer o diálogo?

Quem não quer sentar ao redor de uma mesa, e chegar-se a uma definição democrática, compatível com a elevada presença, hoje do sindicalismo, principalmente do grande São Paulo?

Que é que está por trás dessa posição irreversível das autoridades maiores do Governo, que deveria, no caso, agir como magistrado, e na verdade, está agindo como ligado ao interesse patronal.

É óbvio que o Ministro do Trabalho, no caso, está agindo como Ministro do Comércio, tão somente.

E o mais grave, Srs. Deputados, é que ouvimos falar de ala radical. Também concordamos que há uma ala radical por trás de tudo isso. É aquela ala radical que está enquadrando em Lei de Segurança Nacional quem ousa ir para a rua e ao sindicato, defender os interesses dos trabalhadores, que a própria Constituição prevê.

Como também aqueles que estão por trás de haver fechado o Estádio de Vila Euclides, de haver obstaculizado a presença do operariado, no Paço de São Bernardo, de haver impedido, inclusive, reuniões em igreja. Alguém estava por trás disso e está, que queriam o confronto, inclusive físico, de 100, 120, 150 mil operários que perambulavam pelas ruas, buscando um local para se reunirem, pacificamente, que também é direito previsto na Constituição.

Alguém queria, efetivamente, que ocorresse o confronto físico, inclusive, talvez teríamos, em São Paulo, um novo Cordobazo, um Bogotazo, ou tantas das outras manifestações de trabalhadores da América Latina que redundaram em verdadeiro banho de sangue, no confronto entre policiais e trabalhadores.

Aqueles setores da sociedade brasileira que jamais chegariam ao Governo do Estado de São Paulo, ou à Presidência da República, pelo voto direto, então eles têm que ser porta-voz daqueles outros interesses que, inclusive estão infiltrados nas próprias Forças Armadas, pretendendo um confronto para justificar o retrocesso, para justificar medidas novas de exceção.

Isso é gravíssimo, como também, ilustre Deputado, queria concluir neste aparte, que, exatamente, evitou-se o pior, naquele instante, quando se fecharam todas as portas para reunião calma, pacífica, dos operários e se jogou, na rua, mais de uma centena de trabalhadores paulistas, alguém queria o confronto. E graças à presença da Igreja, de setores políticos, inclusive de Senadores e Deputados do PMDB, que tiveram a coragem de colocar-se, com risco de vida inclusive, física e moralmente, ombreando-se com os trabalhadores, nas suas reivindicações, nas suas conquistas.

Aquele instante foi gravíssimo para o País e, talvez, hoje, estivéssemos numa situação lamentável, lastimando terrivelmente, o desdobramento desse confronto que foi evitado.

Quero deixar aqui um testemunho: não acredito no falso milagre brasileiro, no pretense desenvolvimento do País, de querermos competir com o mercado alemão, com a indústria norte-americana, quando somos as filiais. E quando que, na história do comércio internacional as filiais competiram com as matrizes? Elas podem ter sido acertadas, as diretrizes de trabalho e produção, pelas matrizes, para que as filiais, explorando a mão-de-obra, como exploram, e explorando a matéria prima a preço baratíssimo, como fazem, possam jogar, no seu próprio mercado, aquilo que é deles mesmos, porque a matriz condiciona a ação da filial. E a filial está a serviço da matriz.

Obviamente, é ilusão pretender que a Ford do Brasil vai competir com a Ford dos Estados Unidos, levando motor mais barato. Está levando mais barato, porque, primeiro: há incentivos fiscais para exportação; a custo do suor do brasileiro.

Segundo: porque se absorve a mão-de-obra mais barata do Terceiro Mundo, aqui no Brasil.

Terceiro: porque se usa matéria prima quase de graça, explorada e dominada pelo controle multinacionalista.

Logicamente, bem disse Vossa Excelência, os trabalhadores só conquistarão alguma coisa pela luta, pelo sacrifício. Como aconteceu há 94 anos, no 01 de maio de 1886, quando 5 trabalhadores foram enforcados, em Chicago, 4 morreram na prisão perpétua, porque ousaram liderar uma greve que queria, em vez de 14 horas de trabalho, 8 horas.

Hoje, para nós, isso é normal.

-8 horas, é a coisa mais característica e o direito mais respeitado.

Quem quiser trabalhar mais e conseguir, terá hora-extra. Mas, à época, trabalhava-se 14 horas. Poucos anos antes, trabalhavam 16 horas na Inglaterra e a vida média do operário não chegava a 28 anos de vida. Obviamente precisou ocorrer isso. Passeatas e greves como a de Chicago de 1886, cujos líderes foram para a prisão: 4 com prisão perpétua e cinco enforcados, porque tiveram a ousadia de pedir, de reivindicar 8 horas sagradas de serviço, e essa jornada na época que era de 14.

É óbvio que nada cairá do céu e não serão os patrões e nem o atual Governo que cederá, porque está comprometido com outros setores, que não os nossos, que não os dos trabalhadores, e como em Chicago, no ABC também se está perdendo a batalha, mas se está perdendo a guerra maior que é a libertação e a valorização do trabalho sobre o capital.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Eu é que agradeço, eminente Deputado Nelson Friedrich o brilhante aparte de Vossa Excelência, que veio enriquecer o nosso modesto pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Dácio Leonel — Concede-me trinta segundos, Deputado?

Apenas trinta segundos e o que eu iria dizer vou deixar de dizer e só gostaria de lembrar aqui, as expressões que ouvi hoje, o Brasil ouviu hoje, do Presidente João Batista Figueiredo, num sorriso quando lhe perguntaram pela televisão: "Os metalúrgicos voltando, os grevistas voltando ao trabalho Vossa Excelência poderá recebê-los?"

A resposta dele foi lacônica: "Depois que eles voltarem ao trabalho vou pensar no assunto".

O meu aparte era apenas esse. Não precisa dizer mais nada nobre Deputado, mas votarei com Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço, Deputado Dácio Leonel e é evidente que aí nós vemos uma grave irresponsabilidade de um Chefe da Nação, quando trata o povo desta forma, porque na verdade, não precisa do povo. Ele está lá não porque o povo lhe mandou para lá. Se fosse um Presidente eleito pelo voto do povo, tenho certeza que amaria o povo e é por isso que defendo a eleição direta para Presidente da República também, porque daí o Chefe da Nação irá amar o povo, porque terá compromisso e carinho com o povo, pela consideração que recebe sempre nas urnas.

Esse é o meu ponto de vista, com relação a Presidente da República escolhido pelo povo, como é o direito sagrado e fundamental de todo cidadão.

Sr. Presidente, teria uma pequenina parte mais para completar e como o tempo está esgotado, daria por lido o meu pronunciamento, e encaminho à Mesa para que seja transcrito e se fosse possível até, pediria a Vossa Excelência que encami-

nhasse, juntamente com o meu requerimento como mensagem desta Casa ao Presidente da República.

Muito obrigado. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Em discussão o requerimento. Em votação.—

**Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante de expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Dr. Ezequiel Honório Vialle, Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, que após longos e profícuos trabalhos prestados no nosso Estado, vem de se aposentar.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com o apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que o débito daquele Ministério de um bilhão e trezentos

milhões de cruzeiros para com o Estado, seja liberado este ano. **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa deferiu e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **(Pausa).**

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. **(Pausa).**

13 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.